



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015/2025



Retirolândia, BA.

2015.

PREFEITO

André Araujo Martins

VICE-PREFEITO

Arlânio Martins dos Santos



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

José Antonio Araujo dos Santos

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Gildeone dos Santos Oliveira

Telciane Ribeiro

GRUPO COLABORATIVO (Comissão de Elaboração do PME)

José Antonio Araujo dos Santos

Maria Lucineide de Andrade Santos

Diomar Cerqueira da Silva

Abelma Nateline Carneiro

Erivam Lopes de Andrade

Marineide Pereira Rocha dos Santos

Renício Lima da Silva

Terezinha Santos Silva

Eugênia Cerqueira da Silva

Maria Magnólia da Silva

Irinalva Maria da Silva Borges

Damiana de Jesus Gomes

Júcia Maria Rocha Campos

Ivete Ferreira da Silva

Anailta Soares de Freitas Araujo

Juciária Silva da Anunciação

Andréa Cerqueira da Silva

Maria José Rocha Santiago

Telciane Ribeiro

Nayara Carneiro de O. Rios

COMISSÕES REPRESENTATIVAS

Comissão Representativa da Educação Infantil

Maria Lucineide Andrade Santos

Rita de Cássia A. de Oliveira Santos

Marineide Perreira Rocha dos Santos

Maria da Glória Lopes Cunha



Naiara Carneiro de Oliveira Rios
Eleacy Moraes Oliveira Lima

Comissão Representativa do Ensino Fundamental

Abelma Nataline Carneiro
Diomar Cerqueira da Silva

Comissão Representativa do Ensino Médio

Gildeone dos Santos Oliveira
Arlânio Martins dos Santos

Comissão Representativa do Ensino Superior

Andrea Cerqueira da Silva
Eugênia Cerqueira da Silva
Luziane Carneiro de Oliveira

Comissão Representativa dos Profissionais da Educação

Erivam Lopes de Andrade
Antônio Preira da Silva
Elania C. Sampaio Rios
Jucilene da Silva Rocha
Arisclenes Araújo de Souza

Comissão Representativa da Gestão Democrática do Ensino Público

Genival Ferreira de Santana
Gildato Ferreira de Santana
Maria de Lourdes Cerqueira da Silva
Terezinha Santos Silva

Comissão Representativa da Educação de Jovens e Adultos

Elisângela de Matos S. Moraes
Elizeu Afonso de Oliveira
Júcia Maria Rocha Campos

Comissão Representativa da Qualidade da Educação Básica

Ariselma Oliveira da Silva Santos
Evangelei Oliveira Magalhães
Irinalva Maria da Silva Borges

Comissão Representativa da Educação Especial

Anailta Soares de Freitas Araújo
Sara Brandão da Silva
Maria José Rocha Santiago
Vanuza Silva Araújo
Ivete Ferreira da Silva



Comissão Representativa da Política de Alfabetização

Aloísia de Assis Cunha Araújo
Damiana de Jesus Gomes
Rosália de Oliveira Ramos

Comissão Representativa Educação Profissional de Nível Médio

Gildeone dos Santos Oliveira
Arlânio Martins dos Santos
Gilmara Ferreira da Silva

Comissão Representativa da Educação em Tempo Integral

Maria Magnólia da Silva
Ana Paula dos Santos Lima
Berilson Silva dos Anjos

Comissão Representativa dos Recursos Financeiros para Educação do Município

Emílio Almeida Oliveira
Patrícia Miranda Maia Nascimento
José Antônio Araújo dos Santos
Renício Lima da Silva



LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de localização municipal	18
--	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. População do Município de Retiroândia	21
Tabela 02. Informações sobre o Município – População (Faixa etária)	22
Tabela 03. Estabelecimentos de saúde por tipo e localização	23
Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano	27
Tabela 05. Desenvolvimento Humano, período	27
Tabela 06. Evolução da matrícula da Educação Infantil no Município de Retiroândia, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2014	37
Tabela 7. Frequência por ano de nascimento, segundo o Município Residente....	38
Tabela 8. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Retiroândia (2010)	39
Tabela 9. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Retiroândia, por localização (2010)	39
Tabela 10. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Retiroândia, por dependência administrativa e localização (2010/2013)	43
Tabela 11. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010	44
Tabela 12. Matrícula do Ensino Fundamental do Município X, por idade e série, Rede Municipal, (2013)	45
Tabela 13. Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Retiroândia	47
Tabela 14. Taxas de Rendimento - Rede Municipal de Retiroândia	48
Tabela 15. Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município de Retiroândia, por dependência administrativa e localização 2011/2014	52
Tabela 16. Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Municipal/ Rede Estadual	53
Tabela 17. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2013	53
Tabela 18. Matrículas da Educação Especial no Município de Retiroândia em 2013	59
Tabela 19. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental 2005/2013	77
Tabela 23. Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal	87
Tabela 24. Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2013	88
Tabela 25. Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013	89



Tabela 26. Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2013	89
Tabela 26. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal	92
Tabela 27. Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Retiroândia, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica	93
Tabela 28. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual	93
Tabela 29. Outras receitas com o setor educacional do município de Retiroândia, administradas pela Prefeitura. 2010/2013	97
Tabela 30. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Retiroândia, por nível ou modalidade de ensino 2010/2013	100
Tabela 31. Despesas com educação do município de Retiroândia por categoria e elemento de despesa. 2010/2013	100
Tabela 32. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Retiroândia em 2010/2013	101
Tabela 33. Aplicação no Ensino Fundamental (Em R\$)	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - colocação do Município de Retiroândia no estado da Bahia, em relação aos índices de desenvolvimento	26
--	-----------



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- EJA - Educação de Jovens e Adultos
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases
- PAR - Plano de Ações Articuladas
- PME – Plano Municipal de Educação
- PNE – Plano Nacional de Educação
- UNEB - Universidade do Estado da Bahia



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO	14
2.1	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO	15
2.1.1	Caracterização do Município	15
2.1.1.1	<i>Aspectos Históricos</i>	15
2.1.1.2	<i>Aspectos Geográficos</i>	18
2.1.1.3	<i>Aspectos Demográficos</i>	22
2.1.1.4	<i>Aspectos Socioeconômicos</i>	26
2.1.1.5	<i>Aspectos Culturais</i>	29
2.1.1.6	<i>Infraestrutura Material</i>	33
2.2	ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO	35
2.2.1	Educação Básica	35
2.2.1.1	<i>Etapas da Educação Básica</i>	35
2.2.1.2	<i>Educação Infantil</i>	35
2.2.1.3	<i>Ensino Fundamental</i>	43
2.2.1.4	<i>Ensino Médio</i>	51
2.2.2	Educação superior	56
2.2.2.1	<i>Ensino Superior</i>	56



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

2.3	MODALIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO	58
2.3.1	Educação Especial	58
2.3.2	Política de Alfabetização	61
2.3.3	Educação em Tempo Integral	68
2.3.4	Qualidade da Educação Básica	71
2.3.5	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	82
2.3.6	Educação Profissional de Nível Médio	84
2.4	VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	85
2.5	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO	90
2.6	RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.	94
2.6.1	Investimento Público em Educação	94
3	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME	103
3.1	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME	103
4	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME	132
	REFERÊNCIAS	133



1. INTRODUÇÃO

A discussão acerca da necessidade do Brasil ter um Plano Nacional de Educação (PNE) remonta o ano de 1932 com o Movimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A partir dele, os textos Constitucionais passaram a abordar a questão e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu art. 214, estabelece-se a exigência do Plano Nacional de Educação com duração plurianual, enfatizando a erradicação do analfabetismo, universalização do Ensino Fundamental, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Na sequência, vários instrumentos legais, norteadores para a educação brasileira, foram aprovados pelo Congresso Nacional na década de 1990, destacando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 1996, que determinou no art. 87 que a União, no prazo de um ano, deveria encaminhar ao Congresso Nacional um Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes (BRASIL, 1996), em sintonia com a Declaração Mundial sobre *Educação para Todos* (TAILÂNDIA, 1990).

Na década seguinte, a Lei nº 10.172/2001 estabeleceu o PNE (2001-2010), traçando novos rumos para as políticas e ações governamentais, fixando objetivos e metas para a chamada “Década da Educação”. Em seu art. 2º, por sua vez, determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem elaborar, em consonância com o PNE, seus planos decenais correspondentes. Neste contexto, surge o Plano Municipal de Educação (PME), como política de Estado que, assim como os demais planos, consolida uma conquista histórica.

A Emenda Constitucional nº 59/2009 tornou o PNE uma exigência da Constituição, com periodicidade decenal, o que significa que os planos plurianuais de governos devem tomá-los como referência. A construção do plano está amparada em documentos legais e indispensáveis para aprofundar o debate sobre o assunto. Ressalta-se a importância de vincular os instrumentos de planejamento



orçamentários, a saber: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) ao plano de educação que deverá ser decenal.

É importante destacar o desenvolvimento de ações articuladas que, por meio do planejamento, tem ocupado uma agenda importante na organização dos sistemas educacionais. Os instrumentos de apoio à gestão da educação, planos, programas, projetos e a avaliação têm se proliferado, a partir de uma diversidade de concepções e, também, de estratégias de operacionalização, ganhando contornos diferenciados quanto à percepção dos operadores locais, em especial, os municípios. Nesse contexto, destaca-se o Plano de Ações Articuladas (PAR), como instrumento de planejamento e compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados, vinculado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que contribui para a efetivação das diretrizes e metas estabelecidas no âmbito de cada PME. Ressalta-se, ainda, a importância de vincular o plano municipal de educação aos instrumentos de planejamento orçamentários citados acima.

Nesta perspectiva, o Plano Municipal de Educação deve estar articulado com o Plano nacional de Educação e Plano Estadual de Educação, com vistas a estabelecer uma política de educação articulada, que favoreça a organização de um sistema nacional articulado de ensino. De maneira que, a construção dos Planos também se apresenta como desafio para superar a tensão existente entre a qualidade na educação em uma ótica economicista e em uma perspectiva mais humanista que incorpore a complexidade das práticas sociais no campo da educação e na prática de operacionalização.

Passado o embate para o novo PNE, com longa tramitação no Congresso Nacional, a Lei do PNE 13.005 de 25 de junho de 2014 foi aprovada, estabelecendo no seu Artigo 8º que todos os estados e municípios devem adequar ou elaborar seus Planos de Educação em consonância com o PNE.

De poder dessas informações, a Secretaria Municipal de Educação de Retirolândia buscou se empenhar para adequar o seu PME (Lei municipal nº 173, de 29 de dezembro de 2005), vigente entre 2005-2014. Ainda em 2014 foi iniciado o processo de avaliação, no entanto, vencido a vigência do Plano partiu-se para a



elaboração de um novo Plano, nesse processo contamos com o suporte técnico e orientações do PROAM.

A partir desse suporte, foi dada a largada a um processo democrático e participativo, no intuito de constituir um documento orientador de uma política educacional local, fiel à realidade e representante das demandas sociais e educacionais do município. A partir da convocação do Secretário Municipal de Educação, professor José Antônio Araújo dos Santos, diversas representatividades dos segmentos da educação e da sociedade civil organizada se dispuseram em construir o PME, participando do Grupo Colaborativo e compondo a comissão de Elaboração, nomeada através do Decreto Municipal (nº 016, 26 de março de 2015). A partir desse momento o Grupo Colaborativo iniciou os trabalhos para a arquitetura do planejamento educacional para os próximos dez anos, de 2015 até 2025. Inicialmente, o grupo passou a se reunir todas as quartas-feiras, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação, para estudar os marcos legais e realizar a Análise Situacional do Município. Ao mesmo tempo, o GC articulou as comissões representativas para proceder com a Análise Situacional da Educação do município, logo após a apresentação do diagnóstico completo da ASE e reuniões para construção de metas e estratégias, foi traçado o documento base para encaminhamento da Lei ao Poder Legislativo.

2. ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO

O Plano Municipal de Educação que destarte se apresenta, nasce não apenas de uma imposição da lei, mas também da necessidade de se repensar a Educação de Retirolândia, com vistas à melhoria real da qualidade dos serviços educacionais ofertados a população local. Ainda no início de 2013, a Secretaria municipal de Educação já sinalizava essa perspectiva quando, na atualização do PAR, articulou novas medidas para Rede municipal, solicitando a construção de novas escolas na Zona Rural e uma Creche Pró-infância na Zona Urbana. Esses



aparelhos já estão servindo à comunidade e patrocinou a nucleação de escolas no campo, com vistas à melhoria da qualidade do processo de ensino/aprendizagem, haja vista que o município encerra o ciclo das séries multisseriadas, cujo rendimento não condizia com os padrões de uma educação realmente de qualidade.

Com a aquisição de novas escolas, novos ônibus para o transporte escolar, novos mobiliários e implantação do Centro de Atendimento Educacional Especializado, o município de Retirolândia dá passos importantes para a melhoria da infraestrutura educacional. É válido ressaltar que não apenas a infraestrutura faz a qualidade da educação, a formação continuada, cumprimento da Lei do piso do magistério, a adesão e execução de programas de educação em tempo integral, de incentivo a práticas culturais e esportivas conduzem às melhorias da prática pedagógica. O que pode transformar significativamente a vida de todos os cidadãos retirolandenses.

Com a construção do PME, a sociedade ganha a oportunidade de participar mais ativamente desse processo de transformação da educação do município de Retirolândia. Pois estuda e conhece de perto a situação da educação, bem como elabora com as próprias mãos diretrizes, metas e estratégias que possam reforçar e potencializar melhorias na qualidade de vida de todos os municípios.

2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

Nesta seção, que abre as análises da Comissão de elaboração do PME (2015-2025), apresenta-se um conhecimento preciso sobre a realidade local, a fim de que tal conhecimento possa contribuir de maneira substancial para a identificação de problemáticas, ações e estratégias que sejam capazes de apontar as prioridades da educação do município de Retirolândia.

2.1.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1.1.1 Aspectos Históricos



O município de Retirolândia (Ba) teve sua origem numa fazenda denominada de Retiro Velho que pertencia, jurídica, política e administrativamente ao município de Conceição do Coité. Os primeiros residentes no local foram os senhores José Xavier dos Santos (seu Zuzinha), Francisco de Araújo, José de Chiquinho, Sátiro Francisco e Antônio Militão Rodrigues (SILVA JÚNIOR, 2007).

Nos idos de 1932 existia uma grande cajazeira, situada em frente à casa de um dos moradores onde, aos domingos, eram feitas pequenas matanças, numa espécie de feira livre. Com o passar do tempo o comércio que se avolumava se solidificou a localidade conhecida como Retiro. Com o passar do tempo, outros moradores foram chegando, tais como Vítor Martins, João Francisco de Araújo e Rosalvo Madureira, que foram importantes na história e na constituição do município. Nesse tempo, cabe destacar, a atuação do Sr. Antônio Militão Rodrigues que atendia à população em sua própria farmácia na localidade, já que o único médico existente atendia na sede, em Conceição do Coité, o que dificultava a assistência médica às pessoas. Em gratidão aos seus serviços e à sua dedicação, hoje existe, no município, um Grupo Escolar com o seu nome (a Escola Estadual Antonio Militão Rodrigues).

Por volta da década de 20 até meado da década de 40, do século XX, a fazenda Retiro Velho foi evoluindo, ganhou porte de arraial, de Vila, de povoado e já na década de 50 de distrito. Nesse tempo, já haviam sido instaladas duas lojas, as atividades eram organizadas em torno de um barracão que movimentava o comércio local. Nesse barracão também se realizava a feira livre, sempre aos sábados. Hoje em dia, nesse espaço, está instalado um Mercado Municipal, uma das construções mais antigas do município, mas que ainda não tem nenhum tipo de reconhecimento cultural e histórico por parte do poder público municipal.

Outros comerciantes foram se instalando na localidade. Dentre eles, destacaram-se Bento Eloy de Araújo e Pedro Pinheiro de Oliveira, responsáveis pela introdução da cultura do sisal, que contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento do Município. Ao tempo, foi surgindo o interesse por outras culturas



como a mamona e a mandioca, iniciando-se assim, o período de crescimento, com a construção de casas residenciais, armazéns, lojas.

Quando a localidade passou de povoado ou arraial para vila, teve como seu primeiro administrador o Senhor Bento Eloy de Araújo, na gestão do Prefeito de Conceição do Coité, Senhor Wecelencio Calixto da Mota. Esse administrador exerceu um papel preponderante no desenvolvimento de Retirolândia, preocupando-se com o setor educacional. Contribuiu também para o desenvolvimento da cultura do sisal, impulsionando seu crescimento, e construiu o Mercado Municipal, que é, até hoje, ponto importante da cidade. Ele era considerado como uma pessoa generosa, pois ajudava a todos que o procuravam, e deu grande contribuição para que o município se tornasse independente.

Já como distrito, o Senhor Deraldino Ramos de Oliveira exerceu o papel de administrador, na época, o Senhor Emídio Ramos exercia a função de prefeito de Conceição do Coité. O segundo administrador olhou com seriedade para Retirolândia, realizando um trabalho com segurança e promovendo o calçamento das vias públicas locais. Deu-se início ao desenvolvimento político, com o surgimento dos primeiros vereadores que representavam o Distrito, Bento Eloy de Araújo, Pedro Pinheiro de Oliveira, Jovino Modesto Avelino, Deraldino Ramos de Oliveira e Evaristo Carneiro de Oliveira, que demonstraram constante preocupação e muito se esforçaram no sentido de melhorar Retirolândia que começou a crescer em todos os aspectos, principalmente nos setores educacional, social, econômico e administrativo. Segundo Silva Júnior (2007), em meados da década de 1950, ainda quando distrito a localidade já era reconhecido como Retirolândia.

Com um desenvolvimento considerável, o distrito ganhou ares de emancipação, foi quando, através da luta de alguns dos cidadãos citados acima, junto a outros habitantes do local, em 27 de julho de 1962, Retirolândia desmembrou-se do Município de Conceição do Coité, sendo reconhecido com o status de município pela promulgação da Lei Estadual 1.752.

Após o desmembramento, desenvolveu-se um maior interesse político pela gestão do município. Desse modo, os habitantes do novo município revelaram o desejo espontâneo de que o primeiro prefeito fosse um homem simples, dinâmico,



um “Homem do Povo”, perfil esse condizente com o senhor Bento Eloy de Araújo. Entretanto, em virtude de já estar residindo na cidade de Conceição do Coité, ele declinou carinhosamente da sua candidatura em favor do senhor Deraldino Ramos de Oliveira, por acreditar que seu amigo levaria à frente o nome de Retirolândia, trabalhando com empenho e dignidade. A partir daí diversos nomes surgiram no cenário político de Retirolândia, que em alguns momentos se mostrou conturbado devido a disputas políticas acirradas. Dentre os diversos cidadãos que exerceram cargos eletivos, destacamos os membros do Poder executivo: Adelídio Martins (1967-1971) (1973-1976) (1983-1988), Roque Carneiro (1971-1973), Antonio Luiz de Lima (1977-1982) (1989-1992), Adevaldo Martins dos Santos (1993-1996) (2001-2004) (2005-2008), Adelídio Martins dos Santos Júnior (1997-2000), José Albérico Silva Moreira (2009-2012) e André Araujo Martins dos Santos (2013-).

O município possui, além da sede, os povoados de Gibóia, Vista Bela, Mandápolis, Lajinha, Uberlândia, Lagoa Grande e as vilas de Alecrim, Vila Agripino, Lagoa do Canto, Gameleira e Vargem, além de diversas comunidades.

Hoje, o município de Retirolândia é membro da microrregião geopolítica administrativa de Serrinha, faz parte do Território de Identidade do Sisal¹, que compreende os seguintes municípios: Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansação, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.

Embora goze de autonomia administrativa em muitos campos, em outros o município está vinculado a Serrinha, pois depende das decisões de alguns órgãos administrativos do Estado, sediados nessa cidade.

¹ Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região.

Definição: O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

Informações: <<<http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa>>> Acesso, maio de 2015.



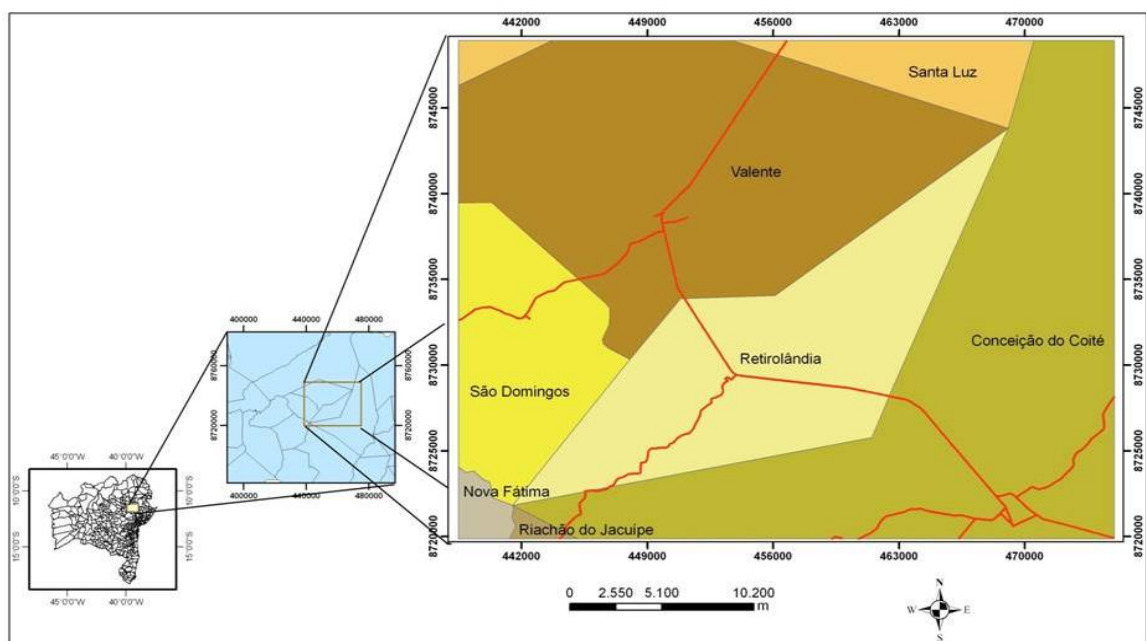
2.1.1.2 Aspectos Geográficos

Baixos planaltos cristalinos com silhuetas de pedimentos vigorosamente aplainados, limitados no horizonte pela crista desgastada de modestos, porém rudes, maciços residuais, às vezes afetados por amplas ondulações e que superpõem a essas e aos inselbergues ou pequenas serras graníticas. Bem mais longe, em direção a sudoeste enevoadado, uma vaga faixa sombreada e azulada anuncia as terras altas da Chapada Diamantina. (HUBSCHMAN, 2002, p.21).

Inserida nos domínios da Caatinga o município de Retirolândia faz parte da região semi-árida baiana, delimitada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, lei 7827/ 89, que segundo o IBGE possui uma área de 204 km² e população de 11.960 habitantes, se distanciando da capital cerca de 220 km.

Seu território está totalmente inserido no polígono da seca e faz parte da região tradicional sisaleira, regionalização apoiada no conceito de regiões econômicas que segundo SANTOS (2002), foi formulada pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia- SEPLANTEC, atualmente localizada no território de identidade do Sisal segundo a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. O município de Retirolândia faz fronteira com os municípios de Valente, Conceição do Coité, São Domingos, Santa Luz e Riachão do Jacuípe.

FIGURA 01: MAPA DE LOCALIZAÇÃO MUNICIPAL





Totalmente inserida no semi-árido baiano, Retirolândia possui uma estrutura fundiária caracterizada pela bi-polarização de propriedades, de um lado temos médias propriedades rurais e de outro o processo de minifundização criado pelo parcelamento das propriedades de herança.

O potencial agroclimático conforme a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional CAR-BA (1994) pode ser classificado como sofrível à regular, próprio para o cultivo do sisal, do algodão arbóreo, mamona e cultivo de subsistência como o feijão, a mandioca e a pecuária de forma extensiva. A hidrografia segundo Santos (2002) é constituída, na sua maioria, por rios intermitentes.

Segundo Ab'Saber (2003) apesar de envolver uma infinidade de variáveis, pode-se afirmar que a massa equatorial continental atua nas depressões interplanálticas do nordeste onde Retirolândia está inserida, ao mesmo passo que as células de alta pressão atmosférica interferem na parte central da região durante o inverno caracterizando-o como um período seco. Enfraquecida, a massa de ar tropical atlântica e a ação dos ventos alísios encontra poucas condições para penetrar no continente em sua totalidade Oeste-leste, beneficiado apenas a zona da mata no inverno, tornando-a relativamente úmida.

No bojo dessa situação instaura-se o império da aridez sazonal, perceptível nas baixas precipitações que duram de seis a sete meses entre as estações do outono ao início da primavera nas depressões interplanálticas nordestinas.

Nas caatingas retirolândenses no período de estiagem, percebe-se uma variedade de *cores mortas* na paisagem que lhe conota um sentido de tristeza, narradas em diversos contos locais.

A temperatura no município é quase sempre elevada e constante, influenciado a pouca perenidade dos cursos e águas subterrâneas. O ciclo hidrológico é intimamente dependente da sazonalidade climática. Conforme Ab'Saber (2003) os índices de luminosidade são elevados, favorecendo a evaporação das águas subterrâneas que é constante, o lençol se afunda e se ressecam, os poucos rios, fragilizados pelas adversidades edafoclimáticas, é que passam a alimentá-los.



Os baixos índices pluviométricos (300 à 500 mm/ano) distribuídos de forma irregular, associado às temperaturas elevadas (24°) e constantes, favorecem a evapotranspiração e, conseqüentemente, a deficiência hídrica, elemento responsável pela fisionomia da cobertura vegetal (caatinga) dos solos pouco desenvolvidos, pela torrencialidade dos rios “temporários” e pela instalação da cultura do sisal e atividades pastoris. (MOREIRA, 2002, p.25)

O sistema climático local, de posição azonal, envolve uma fortíssima entrada de energia solar ao lado de baixos índices de precipitações escassas e irregulares. As médias térmicas anuais são muito elevadas e constantes, oscilando entre 25° e máxima de 32°. Por seu turno as precipitações concentradas em torno dos meses do verão são irregulares no tempo e no espaço totalizando médias que não ultrapassam 500 mm anuais.

A partir de Rego (2002) podemos afirmar que o clima retirolandense é do tipo tropical semi-árido, caracterizado pela alternância de duas estações bem marcadas: as das chuvas e a da seca. Na classificação de Köppen, o clima é considerado como Aw', clima quente com mês mais frio com temperatura média superior a 18°C. o mês mais seco tem precipitação inferior a 60mm. O inverno é seco, e o período chuvoso ocorre no outono. Na classificação de Guassen, o clima é classificado como 5bTh, que corresponde a um clima tropical quente de seca no inverno, na modalidade de caráter médio, e índice xerotérmico entre 150 e 100, por que a variação pertence à região xeroquimênica, com um número de meses secos entre 5 a 6. Nesse contexto, o balanço hídrico é altamente desfavorável, traduzidos nas intermitências sazonais

O municio faz parte do Cráton do São Francisco com rochas formadas desde o pré-cambriano. Encontram-se rochas gnáissicas e migmatíticas que constituem o embasamento cristalino regional, superpondo rochas vulcânicas e sedimentares, que passaram por alto grau de metamorfismo, que constituem a cobertura supracustal.

No domínio típico das áreas de Caatinga, os processos de formação e dinâmica do relevo remontam a processos de pediplanação oriundos do Tercio-Quaternário. As rochas sofreram, ao longo do tempo geológico, alterações muito superficiais, pois não é muito raro encontrar pequenos afloramentos rochosos em



torno de lajedos. As planícies são sulcadas por cursos d'água temporário com drenagens exorreicas intermitentes com perfil relativamente equilibrado ao longo do curso.

O município está assentado sobre os terrenos cristalinos do setor nordestiniano do escudo brasileiro, isto é, terrenos antigos, constituídos por gnaisse, granitos e xistos pré-cambrianos, como também depressões interplanálticas oriundas do recente tectonismo que ocorreram do Plioceno ao quaternário inferior.

Retirolândia possui uma drenagem exorreica, dotada de cursos d'água intermitentes sazonais. Nos anos de estiagem, sua drenagem passa a ter um funcionamento esporádico, sobretudo nas áreas mais afetadas pela escassez e irregularidade das precipitações. Seus cursos, delineados por sobre as depressões interplanálticas sertanejas, quando alimentadas pelas águas das trovoadas, de regime efêmero ou esporádicos, alimentado as sub-bacias dos Rios Jacuípe e Itapicuru na qual seu território está assentado.

Boa parte dos corpos d'água é caracterizada pela torrencialidade de seus cursos em períodos das fortes chuvas de trovoada, típicas dessa região. Alguns poços artesianos foram perfurados em todo município para capturar as águas subterrâneas, como também a construção de diversas aguadas e açudes especializados e pouco aproveitados para as atividades ligadas a agricultura desenvolvida no município.

Apresentando dois períodos secos anuais, um com um longo déficit hídrico seguido de chuvas intermitentes enquanto a outra possui uma seca mais curta e com chuvas torrenciais, estão localizadas as caatingas retirolandenses.

2.1.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com os últimos censos do IBGE, a população de Retirolândia está distribuída conforme indica a Tabela 1.

**Tabela 01. População do Município de Retiroândia**

Anos	Total da População	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural
2000	9.610	4.784	4.827	5.474	4.136
2010	12.055	6.025	6.030	6.722	5.333
2014	13.209 ²	-	-	-	-

Fontes: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>> Acesso em: 30 abril 2015.
<www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/retirolandia_ba> Acesso em 30/04/2015.

Fazendo uma comparação entre os censos de 2000 e 2010, percebe-se um aumento pequeno na população total, numa taxa média anual de 2,29%. De acordo com o censo de 2000 havia 9.610 habitantes, aumentando-se esse total para 12.055 em 2010, com projeção de aumento da população estimada para 13.209, em 2014. O leve aumento da população demonstra que ainda se segue o processo de migração, pois, o município oferta poucas possibilidades de emprego em seu território, o que sempre ocasiona a saída da população para outras partes do estado e do país, especialmente grandes centros urbanos em busca de trabalho para sobreviver.

Ainda segundo a tabela há uma leve diferença entre o total de habitantes referentes a zona urbana e rural, pois, enquanto a primeira, em dez anos, saiu de 5.474 para 6.030 habitantes, somando-se um aumento 1.248 pessoas. Já na zona rural a população era de 4.136 e passou para 5.333 habitantes, com um crescimento de 1.197 habitantes, estabelecendo uma diferença populacional entre a zona rural e urbana de 51 habitantes. Aqui, é preciso se destacar que é perceptível também uma migração interna, da zona rural para a urbana, o que poderia explicar a quase paridade entre o número de habitantes.

Abaixo, podemos visualizar a tabela 02 referente a faixa etária da população retirolandense. Na tabela chama a atenção para o aumento da taxa de envelhecimento da população, que saiu de 6,37% em 2000 para 8,73% em 2010.

² População estimada segundo IBGE

(<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292610&search=bahia|retirolandia>)



Ainda segundo o site Atlas Brasil, entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 57,22% para 51,01%³.

Esses números podem ser comprovados quando visualizamos os números da queda do quantitativo de habitantes entre a faixa etária de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos, a primeira faixa passou de 885 para 614 habitantes entre 2000 e 2010, já a população na faixa dos 18 a 24 anos caiu de 1.700 no ano 2000 para 1.538 habitantes em 2010, fato curioso é que entre 2000 e 2007, o número de habitantes dessa faixa etária contava 1792 habitantes, configurando uma queda de 254 pessoas em apenas 03 anos. Enquanto a variação de aumento da população entre os 25 a 35 anos tem leve crescimento, passando de 3.508, em 2000, para 4671 em 2010. Isso comprova o envelhecimento da população de Retiroândia.

Outro fator a ser observado na análise da tabela é que a população de 0 a 14 anos também tem demonstrado decréscimo, saindo de um número total de 3.308 para 3.020 habitantes no período de dez anos (2000-2010). Esses números podem ter reflexo negativo no contexto escolar, demonstrado queda do número de alunos nas redes de ensino, especialmente na Rede municipal.

Tabela 02. Informações sobre o Município – População (Faixa etária)

População(1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total
Urbana	2000	362	207	938	451	895	784	1837	5474
	2007	392	195	957	374	971	1163	2305	6357
	2010	420	217	991	320	842	1297	2635	6722
Rural	2000	453	215	1133	434	805	708	1671	5419
	2007	327	191	984	345	821	913	1948	5532
	2010	315	164	913	294	696	915	2036	5333
Total	2000	815	422	2071	885	1700	1492	3508	10893
	2007	719	386	1941	722	1792	2076	4253	11889
	2010	735	381	1904	614	1538	2212	4671	12055
PIB (2)	IDH (3)	IDI (4)		Taxa de analfabetismo (5)					

³ Razão de dependência: Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

45995	0,63	0,67	População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais
			7,00	28,20

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QW+JGFR245HBGGCVMWN0UJ7345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



Fonte: Disponível em: < <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/2926103> >. Acesso em: 30 abril 2015.

A tabela 02 nos mostra ainda que o IDH do município de Retiroândia está em 0,63 pontos, o que demonstra certo crescimento do índice que em 2000 era de 0,478.

Tabela 03. Estabelecimentos de saúde por tipo e localização

Localização	Total	Números de estabelecimentos de saúde					
		Posto de saúde	Centro de saúde	Unidade mista	Pronto socorro	Hospital	Unidade de saúde da família (PSE)
Urbana	04	-	-	-	01 ⁴	01	02
Rural	08	06	-	-	-	-	02

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2014).

Quanto aos estabelecimentos de saúde no município de Retiroândia percebemos que a maioria estão localizados na Zona Rural, sendo 06 postos de saúde e 02 Unidades de saúde da família, enquanto que na Zona urbana ficam localizadas 02 unidades básicas de saúde da família e o Hospital municipal, onde também funciona o Pronto Socorro.

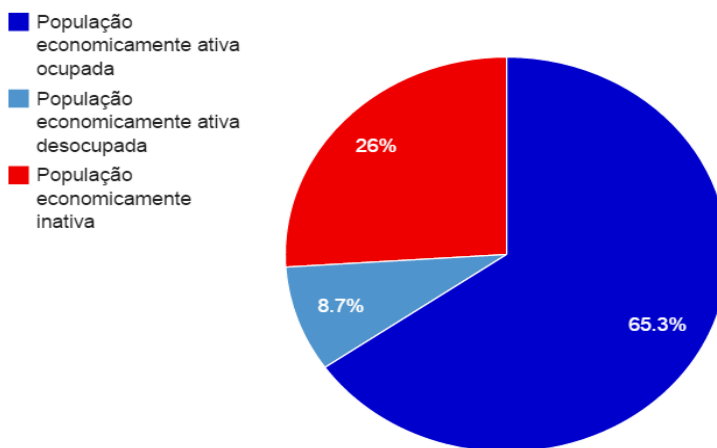
No que diz respeito ao trabalho, dados dos censos de 2000 e 2010 mostram que a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 65,75% em 2000 para 65,31% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,91% em 2000 para 8,67% em 2010. Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 34,33% trabalhavam no setor agropecuário, 0,19% na indústria extrativa, 8,36% na indústria de transformação, 8,34% no setor de construção, 0,89% nos setores de utilidade pública, 13,19% no comércio e 33,39% no setor de serviços. Ao total, no último senso, o número de habitantes da população economicamente ativa ocupada era de 5.500 pessoas, enquanto

⁴ O Pronto socorro funciona dentro do Hospital Municipal



que a população economicamente inativa era de 2.191 pessoas e 730 pessoas compunham a população economicamente ativa desocupada.

Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010



Fonte: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/retirolandia_ba#trabalho>> Acesso: 30 de maio de 2015.

Ao falarmos de religião, é possível afirmar que a maioria dos retirolandenses é cristã. Os cristãos se distribuem em dois grupos: católicos e evangélicos. Os católicos comemoram sua fé na semana do padroeiro Santo Antônio de Pádua, quando realizam trezenas com pedidos de intercessão, bem como para homenagear os diversos segmentos da sociedade retirolandense organizada. Vale ressaltar que, em 2014, o município de Retiroândia foi elevado a posição de Paróquia, sendo denominada a Paróquia de Santo Antonio de Pádua, para a concretização dessa luta dos católicos retirolandenses, vale destacar o trabalho do Padre Antonio Elias Cedraz, que liderou o processo durante os últimos 06 anos à frente da Igreja católica retirolandense. Segundo o censo 2010, a população residente que se declara pertencente a religião católica cristã é de 8.467 pessoas.

Já os cristãos protestantes, compõem uma população de 2.318 habitantes. Os evangélicos também conquistaram o direito de festejarem sua religiosidade através do dia 23 de setembro, feriado municipal em comemoração ao Dia dos Evangélicos. Nesse dia se realiza a marcha para Cristo em ruas estratégicas, para interceder e abençoar a cidade, fazendo também passeatas evangélicas e culto na praça principal, com bandas musicais e cantores de música gospel.



Hoje o município conta ainda com um Centro Espírita, que abriga os seguides do espiritismo, mas oficialmente apenas 07 pessoas se reconheciam enquanto espíritos, segundo dados do último censo.

É perceptível também que em Retirolândia existem diversas pessoas seguidoras do Candomblé, porém ainda não existe registros, devido um tabu em relação a prática dessa manifestação religiosa e cultural. Haja vista que existem terreiros onde os seguidores praticam o candomblé, mas não são reconhecidos e muitas vezes sofrem preconceito por parte da maioria da população. O que pode explicar a falta de autoreconhecimento público dos praticantes do Candomblé.

2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos

Retirolândia é um município pertencente a Região Nordeste do Estado da Bahia, na Microrregião de Serrinha, cuja atividade econômica principal é a cultura do sisal, com uma área de produção ocupada de 4,2%, ocupando o 9º lugar entre os 20 maiores produtores de sisal da Bahia e juntos respondem por 91% da área total do plantio no Estado.

Os setores de beneficiamento, industrialização e exportação da fibra do sisal e de seus produtos são os mais desenvolvidos do município. Hoje, os fios e cordas de sisal produzidos em Retirolândia entram tanto no mercado nacional, quanto no mercado externo em diversos países da Europa e da América Central.

Segundo dados de 2012, o PIB do município é de 72,48 (R\$ milhões), com PIB per capita é de R\$ 5.901,58 (R\$1,00), ocupando o 196º lugar no ranking da Bahia e 3573º no ranking nacional. Se faz importante também observar alguns índices, como exempfica o quadro a seguir:

Quadro 1 – colocação do Município de Retirolândia no estado da Bahia, em relação aos índices de desenvolvimento

ÍNDICES POR MUNICÍPIO E ANO COM RANKING (2006)	Valor	COLOCAÇÃO
---	-------	-----------



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

Índice de Desenvolvimento Econômico	5.007,37	106
Índice de Infraestrutura	4.996,25	120
Índice de Qualificação de Mão-De-Obra	5.040,54	57
Índice de Produto Municipal	4.985,49	266
Índice de Desenvolvimento Social	5.017,19	120
Índice de Nível de Educação	5.026,7	123
Índice dos Serviços Básicos	5.032,67	124
Índice da Renda Média dos Chefes de Família	4.966,02	227
Índice do Nível de Saúde	5.043,75	76

FONTE: SEI <<http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes_municipais.wsp>>

Não se pode afirmar que em Retirolândia, assim como em outros municípios, a principal atividade econômica seja apenas do sisal, uma vez que existem outros ramos de atividade, como o comércio, do trabalho com a pedra, a criação de micro e pequenas empresas; a agricultura, com feijão, mandioca, milho e do sisal; a pecuária com criação de bovinos, caprinos, ovinos e suínos; além da criação de aves como codorna e frango. Todas essas atividades sustentam a economia local. Entretanto, o município carece ainda muito de crescer cultural e economicamente, para evitar o êxodo que ainda acontece pela falta de empregos para a sustentação econômica dos cidadãos retirolandenses.

Além dessas atividades, existe ainda no município organizações sociais que contribuem para a economia local, a exemplo das Cooperativas ligadas a Associações de moradores de localidades da Zona Rural e Urbana. São exemplos a Cooperativa do Bastião, que produz Tempeiro prosperar comercializado no comércio local, e a Coopergama, que comercializa bolos, sequilhos, biscoitos e iogurte. Essas cooperativas são fornecedoras também da merenda escolar, através de produtos da agricultura familiar. As organizações geram emprego e renda especialmente para mulheres, mães de família que conseguem completar e até garantir exclusivamente a sua renda através do trabalho nas cooperativas.

Ao observarmos os diversos dados e índices ligados aos aspectos socioeconômicos percebemos a melhoria da qualidade de vida em Retirolândia, como pode ser exemplificado abaixo, nas tabelas 04 e 05:

**Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

Indicador	Indicadores de Renda e Pobreza (taxas)		
	1991	2000	2010
IDH – municipal	0,321	0,478	0,636
Renda <i>per capita</i>	106,02	226,32	293,01
Proporção de pobres	81,15	57,11	31,79
Índice de Gini	0,46	0,61	0,46

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/retirolandia_ba>. Acesso em: 30 abril 2015.

Tabela 05. Desenvolvimento Humano, períodos 1991, 2000 e 2010

Indicadores	Índices		
	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,321	0,478	0,636
Educação	0,151	0,322	0,574
Longevidade	0,528	0,631	0,773
Renda	0,415	0,537	0,579

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.
Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/retirolandia_ba>. Acesso em: 30 abril 2015

Com a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano, o município de Retiroândia tem avançado. O IDH saiu de 0,321 em 1991 para 0,636 em 2010, o que coloca o município na 55ª posição no Ranking dos municípios baianos. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,773, seguida de Renda, com índice de 0,579, e de Educação, com índice de 0,574. Da mesma forma que o IDHM cresceu positivamente, o Índice de Desenvolvimento Municipal da Educação demonstrou crescimento positivo, saindo de 0,151 em 1991, para 0,574 em 2010.

Outros índices também avançaram positivamente, a exemplo da renda per capita média de Retiroândia, que cresceu 176,37% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 106,02, em 1991, para R\$ 226,32, em 2000, e para R\$ 293,01, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,50%. A taxa média anual de crescimento foi de 8,79%, entre 1991 e 2000, e 2,62%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 81,15%, em 1991, para 57,11%, em 2000, e para 31,79%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através



do Índice de Gini⁵, que passou de 0,46, em 1991, para 0,61, em 2000, e para 0,46, em 2010, segundo informações do PNUD, Ipea, FJP, disponíveis no site Atlas Brasil.

A melhoria dos índices econômicos e sociais dos últimos anos é um fator importante para o município, e exige que sejam redobrados os esforços para que Retirolândia continue a oferecer uma melhor qualidade de vida a seus cidadãos. O que perpassa por mais incentivos e investimentos na educação, na cultura, saúde, infraestrutura e assistência social, para que os serviços sejam cada vez mais qualificados.

2.1.1.5 Aspectos Culturais

Ao se falar de costumes culturais em Retirolândia, o que chama a atenção de todos é a mais tradicional festa do município, o São Pedro. O festejo se iniciou em 1967 com um grupo de estudantes do Colégio Cenecista que buscavam angariar recursos financeiros para a manutenção da escola e atualização de professores. Inicialmente, a festa consistia em apresentações de quadrilhas e desfiles para eleição da rainha do milho. Hoje, sob a responsabilidade da Prefeitura, a festa ganhou novas proporções, e o tradicional São Pedro é uma referência da cidade na região Nordeste da Bahia e em todo o estado. A festa acontece sempre no final do mês de junho, contando com a participação de grupos musicais locais, e de grandes nomes da música baiana e brasileira. Durante muitos anos os festejos eram realizados com trios elétricos na Praça 27 de julho, hoje são realizados na Praça do Centro de Abastecimento, que ganhou uma cobertura que abriga os foliões durante a festa.

Logo após o São Pedro, em 27 de julho, comemora-se o aniversário de emancipação política de Retirolândia. O formato das comemorações variam de ano a ano, mas são marcantes a realização de atividades esportivas como corridas de atletismo, torneios de futebol de campo e futsal, vôlei, apresentações culturais, dentre outras atividades. Geralmente as escolas do município também fazem parte das atividades em comemoração

⁵ É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. (Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar).



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

ao aniversário da cidade, como é conhecida a festa, que é concluída com show de alguma atração musical.

Além de participar da celebração do aniversário da cidade as escolas de Retirolândia desenvolvem e incentivam grande parte das manifestações culturais do município. Com as festas juninas, Mostras de Cultura e Arte, Gincanas culturais e Desfiles Cívicos e culturais as escolas são grandes incentivadoras de manifestações artísticas e culturais em Retirolândia. Destacam-se as Quadrilhas da Escola Municipal Valdeci Lobão, do Centro de Educação Santo Antonio (CESA), da Escola Municipal Daniel Ferreira de Santana, bem como as Mostras de Artes do CESA, do Educandário Sabor de Aprender, da Escola Municipal Antonio Carlos Magalhães, Monteiro Lobato e Valdeci Lobão, além da Gincana promovida pelo Colégio Estadual Olavo Alves Pinto (CEOAP) e do Encontro Interativo da Escola Estadual Antonio Militão Rodrigues, que celebra e reflete o Dia da Consciência Negra no mês de novembro.

Esses eventos, em determinados momentos não mantêm uma regularidade, mas são de fundamental importância no município por incentivar crianças e jovens a mostrarem seus talentos para as artes e a cultura. No entanto, o município é deficitário de investimentos e incentivos na área da cultura, principalmente por parte do poder público e do comércio local.

É comum vermos o apoio da Prefeitura e do comércio local em formato de patrocínio para festas de rua, as quadrilhas juninas e para eventos de cunho religioso ou esportivo, a exemplo do Campeonato Rural de Futebol (Organizado pela Liga Desportiva, com apoio do poder público) e da Copa de Futsal (com a organização da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer). Esta última competição tem se destacado no interior da Bahia nos últimos anos por promover alta competitividade entre as equipes, além de movimentar a cidade e apresentar a cada rodada grande presença de público. Os jogos contam com a participação de atletas locais e de diversas cidades da Bahia, bem como de outros estados do Brasil, inclusive de profissionais e ex-profissionais do futsal brasileiro.

Enquanto o Campeonato Rural de futebol movimenta as comunidades e o Estádio municipal Adalto Manuel da Cunha, com a participação de equipes da sede e das comunidades Rurais, a Copa de Futsal é realizada no Ginásio de Esportes. Um dos únicos aparelhos públicos disponíveis para a realização tanto de eventos esportivos quanto de alguns eventos culturais do município.



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

Junto do Ginásio a Praça da Zebrinha é o outro espaço público onde se realiza diversos eventos culturais em Retiroândia. Já que o município não possui um centro cultural. Além desses, o Clube Itatiaia também abriga eventos culturais e festas diversas, porém o aparelho não é propriedade pública, é uma Associação mantida pelo aluguel para os eventos e pagamento de mensalidade dos sócios.

Nos dias atuais o município possui poucos grupos culturais organizados, destacando-se o grupo de jovens da Logoa Grande, que apresenta teatro, dança tradicional (Dança do Coco) e coreografias diversas. Eventos culturais também são organizados anualmente por jovens e adultos nas comunidades de Bastião e Jitaí. Destaca-se também manifestações culturais diversas que acontecem anualmente, porém, na grande maioria das vezes sem incentivo de órgãos públicos ou de grupos organizados, a exemplo da festa de Reis, samba de roda e capoeira.

Em outros tempos alguns grupos se formaram, mas hoje estão com atividades paralisadas. Em 1999, foi criada, em Retiroândia, uma associação cultural denominada de Movimento de Arte e Cultura MACRE, com o objetivo de resgatar a cultura popular nordestina. Esse trabalho foi iniciado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, depois o grupo ficou independente, desenvolvido por voluntários. Em agosto, o MACRE organizava a semana de Arte e Cultura, que colocava em evidência a cultura popular, através de apresentações artísticas realizadas por estudantes e antigos moradores, tais como cantiga de roda, roda de samba, coreografias, peças teatrais, bandas musicais locais, dentre outras manifestações. Esse grupo também desenvolvia um trabalho solidário de distribuição de alimentos, roupas e presentes no período natalino, aproveitando o espírito de solidariedade presente nessa época.

O trabalho do MACRE motivou a criação de dois grupos culturais. Em 2000, foi criado o grupo de teatro Descobrimos Talentos, por um professor do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que selecionou alunos da jornada ampliada, conforme a aptidão, e montou o grupo. Eles desenvolviam um trabalho educativo que ultrapassava os muros da Unidade de Jornada Ampliada (UJA) e revelava, mediante encenações, a necessidade de resgate ou conservação do meio ambiente, respeito ao próximo e valorização da vida.

O CRIART era um grupo de arte cênicas, que apresentava uma base de organização interna consistente, com a divisão de tarefas entre os seus componentes. Os seus



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

organizadores eram voluntários e promoviam oficinas onde cada interessado descobria o talento que lhe era inerente e desenvolvia suas aptidões. O trabalho desses grupos e do PETI pode revelar diversos jovens no desenvolvimento de atividades culturais, a exemplo do Grupo de Jovens de Lagoa Grande.

Outra atividade cultural que era comum em Retirolândia acontecia no sábado de aleluia. O evento era esperado por crianças e adultos, pois, com máscaras, roupas exóticas e paus, as “caretas” percorriam, durante todo o dia, as ruas da cidade, arrastando multidões de crianças corajosas e curiosas e pedindo dinheiro, numa alusão à história bíblica em que Judas traiu Jesus com 30 moedas de prata. À noite, a festa prosseguia com a leitura do testamento do traidor, construído a partir de sugestões de versos depositadas numa urna no centro da cidade. Nesse momento, as autoridades políticas e outras pessoas bem conhecidas eram motivo de chacota e de gracejos populares. A festa era finalizada com a destruição do traidor através da queima de fogos e forró.

Infelizmente, as opções de lazer da população são restritas, existindo apenas o futebol de campo, com campeonatos realizados em algumas comunidades rurais. Há também o futebol de salão, restrito aos sócios do Clube Itatiaia, o qual oferece também banho de piscina e festas dançantes esporadicamente. Além do ginásio de esportes, onde os jovens praticam o Futsal e o Vôlei.

Se faz necessário muito mais investimentos públicos e privados que possam promover opções de lazer e cultura no município. Bem como uma Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer que seja ativa, que se proponha discutir, junto com a Secretaria de Educação e outras Secretarias e órgãos possibilidades de melhorias nas atividades culturais e esportivas. Desta maneira será possível abrir possibilidades para as crianças, estudantes, jovens, adultos e idosos de Retirolândia, para a prática e apreciação de atividades culturais e esportivas.

2.1.1.6 Infraestrutura Material



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

No município de Retiroândia os moradores possuem o espírito politizado, participam como membros de organizações não governamentais, sindicatos, associações e conselhos, organizam-se em reuniões, discutem, analisam e reivindicam direitos e são amparados por muitos benefícios dos poderes públicos, nas três esferas administrativas: federal, estadual e municipal. Devido a essa capacidade organizativa, já se percebe um resultado positivo em algumas comunidades, com o surgimento de alternativas de desenvolvimento sustentável, através da criação de pequenas cooperativas, como citado anteriormente nos aspectos socioeconômicos.

Um regime democrático exige que as pessoas assumam valores e atitudes democráticas: a consciência de direitos e deveres, a disposição para a participação, para o debate de ideias e o reconhecimento de posições diferentes das suas. Dentro desse contexto, no município possui dois sindicatos organizados, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, organização da sociedade Civil criada em 1971, que busca organizar e capacitar os trabalhadores do campo para a reivindicação de seus direitos, e o Sindicato dos Servidores Municipais - SINDISMUR. Ambos contribuem substancialmente para a aquisição e garantia dos benefícios de seus associados, bem como para discussões de ordem política e ideológica.

No município de Retiroândia as diversas Associações de Moradores, tanto na sede quanto na Zona Rural, são organizações atuantes, reivindicando os direitos dos moradores e buscando parcerias diversas que possibilitam a busca de programas e benefícios para os moradores. Hoje as associações estão organizadas através do Conselho Municipal, cujo suporte oferecido pela Secretaria de Ação Social.

Além das citadas organizações o debate ideológico e político do município é promovido por alguns professores e estudantes, na medida em que participam e realizam eventos diversos, refletindo e cobrando direitos garantidos. São objetos dessa discussão a Gincana Interativa do CEOAP, a Mostra de Artes do CESA e a Mostra de Cultura da Escola Estadual Antonio Militão Rodrigues. As instituições escolares também participam de diversos eventos que refletem as questões políticas, a exemplo da Semana da Cidadania realizada pela Igreja Católica na Semana da Pátria, entre os dias 01 a 07 de setembro. Evento idealizado pelo Padre Antonio Elias Cedraz, que atuou no município até o início 2015.



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

No que diz respeito às políticas públicas que respondem à demanda da sociedade vemos a atuação assídua da Secretaria de Ação Social, que apoia o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, promove eventos e passeatas em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, bem como apoia os diversos conselhos do município, dentre eles o Conselho dos Idosos, Conselho de política para as mulheres e Conselho da Juventude. A Secretaria de Ação Social executa também atendimento à população em situação de vulnerabilidade no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), e com o Serviço de Fortalecimento de vínculos que atende crianças e adolescentes do município através da realização atividades educacionais e culturais. Em diversos eventos existe também a articulação da Secretaria de Ação Social com a Secretaria Municipal de Educação, através da utilização dos espaços escolares, bem como realização de atividades que mobilizam os estudantes, professores e demais profissionais da educação.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QW+JGFR245HBGCVMMWNOUJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO

A elaboração de um PME, assim como qualquer outra construção de plano, deve passar pelo processo de planejamento, a começar pela montagem de um diagnóstico da realidade educacional do município. É com base no conhecimento dessa realidade que se podem definir as diretrizes, metas, estratégias e estabelecer prioridades, propor ações capazes de solucionar os problemas identificados e melhorar a qualidade do trabalho.

2.2.1 Níveis da Educação: Educação Básica e Superior

Esta seção fundamenta as discussões percorridas no que tange aos níveis, etapas e modalidades de ensino. Para tanto, o foco na realidade educacional do município permeia a construção do texto analítico, a partir de dados reais coletados com a Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos competentes.

2.2.1.1 Etapas da Educação Básica

Nesta seção sobre a Educação Básica, a análise apresenta informações específicas, tanto quantitativas quanto qualitativas, sobre cada etapa. Para a coleta dos dados quantitativos, cada comissão representativa foi orientada a buscar as agências oficiais de publicação de dados educacionais ou utilizar os dados da própria Secretaria. No caso das informações qualitativas, elas foram coletadas e analisadas em reuniões com aqueles que vivenciam o ensino nos diferentes níveis e modalidades.

2.2.1.2 Educação Infantil

A Educação Infantil constitui, hoje, um segmento importante do sistema educacional do país, reconhecida como a primeira etapa da educação básica. Diante dessa realidade, é



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

fundamental repensar o fazer na Educação Infantil, buscando nesse contexto uma aprendizagem mais significativa, construída a partir dos conhecimentos prévios da criança, respeitando as suas fases maturacionais, como um ser que se relaciona consigo, com os outros e com a natureza.

É fundamental ressaltar a importância da educação infantil porque é nesta fase que as crianças desenvolvem-se no meio em que estão inseridas nos diferentes aspectos: cognitivos, afetivos, moral, social e motor de forma quantitativa e qualitativa. Os vários aspectos e dimensões do desenvolvimento não são áreas separadas e, por isso, é fundamental considerarmos a educação Infantil como um todo, promovendo e ampliando suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza pelo convívio em sociedade.

Portanto, compreender a infância e reconhecer a criança enquanto sujeito histórico social significa desvendar o seu universo infantil, considerando que ela adquire o conhecimento através do encontro com o outro: o adulto, as crianças, os livros, a observação do mundo, a fantasia. Aprende a partir do que já sabe, da participação, do diálogo, da criatividade, dos recursos disponíveis na construção das relações. Enfim, aprende através das diferentes linguagens: brincando, falando, descobrindo e construindo, explorando o mundo, expressando-se através do corpo, do olhar, do desenho.

As crianças são seres sociais, têm uma história, pertencem a uma classe social, estabelecem relações segundo seu contexto de origem, têm uma linguagem, ocupam um espaço geográfico e são valorizadas de acordo com os padrões do seu contexto familiar e com a sua própria inserção nesse contexto. Elas são pessoas, enraizadas num todo social que as envolve e que nelas imprime padrões de autoridade, linguagem, costumes. Essa visão de quem são as crianças - cidadãos de pouca idade, sujeitos sociais e históricos, criadores de cultura - é condição para que se atue no sentido de favorecer seu crescimento e constituição, buscando alternativas para a educação infantil que reconhecem o saber das crianças adquirido no seu meio sócio-cultural de origem e oferecem atividades significativas, onde adultos e crianças têm experiências culturais diversas, em diferentes espaços de socialização.

Desde a constituição federal de 1988 que estabelece a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (alterado pela EC-000.053-2006), à



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

elaboração do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) que regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes embasado pelas diretrizes fornecidas pela constituição.

É importante ressaltar que a Lei nº 12.796, de 4/4/2013, traz, em seu Art. 29, que a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A educação infantil será ofertada em: creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade (Brasil. LDB. Arts. 29 e 30). Enfatiza também que é dever do estado, porém não assegura que ele tenha a obrigação de ofertá-la, e sim de assegurá-la. Desse modo, o processo de descentralização da educação básica, da qual faz parte a educação infantil, ficou sob a responsabilidade dos estados e dos municípios, cabendo à união assegurar a assistência técnica e financeira às entidades federadas.

Com essas mudanças ocorridas nas leis que levaram a configuração atual da Educação Infantil fica nítido que é dever de o Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, e é dever da família principalmente cumprir seus papéis de forma correta para propiciar uma educação saudável e um pleno desenvolvimento às crianças.

Em abril de 2013, a LDB teve seu texto alterado pela promulgação da Lei nº 12.796. Essa Lei coaduna com a EC nº59/09, quando dispõe, em seu art. 6º, sobre a obrigação dos pais e responsáveis em efetuar a matrícula das crianças a partir dos quatro anos de idade, tendo em vista a obrigatoriedade dessa etapa. A Lei estabelece à EI, ainda, carga mínima anual de 800 horas; atendimento, no mínimo, de quatro horas para tempo parcial e sete horas para tempo integral; controle à frequência, sendo exigido o mínimo de 60% do total das horas e o reforço quanto ao acesso e permanência dos profissionais da Educação Básica aos cursos superiores e de formação continuada, sobretudo da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Observa-se que, no intuito de oferecer condições para que a responsabilidade dos pais e responsáveis seja cobrada, os sistemas municipais de ensino terão, até 2016, para se adequarem e garantirem o acesso à Educação Infantil das crianças.



Cumprir as metas de acesso à Educação Infantil postas pela legislação educacional, bem como pelo projeto do PNE 2011-2020, exigirá um esforço e empenho dos governos municipais, mas também dos estados e da União. O regime de colaboração, definido na Carta Constitucional e ratificado na legislação educacional, precisa ser efetivado, os municípios sozinhos não conseguirão garantir o acesso das crianças à Educação Infantil.

Reconhecer na infância sua especificidade - sua capacidade de imaginar, fantasiar e criar - exige que muitas medidas sejam tomadas. Entender que as crianças têm um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, que subverte o sentido da história, requer que se conheça as crianças, o que fazem, de que brincam, como inventam, de que falam. Nesta concepção de infância, história e linguagem são dimensões importantes de humanização: há uma história a ser contada porque há uma infância do homem. Se compreendermos as crianças, compreenderemos melhor nossa época, nossa cultura, a barbárie e as possibilidades de transformação. Para a educação infantil desempenhar seu papel no desenvolvimento humano e social é preciso que a criança não seja vista como filhote ou semente, mas como cidadã criadora de cultura, o que tem implicações profundas para o trabalho em creches, pré-escolas e outros espaços, de caráter científico, artístico ou cultural.

Tabela 06. Evolução da matrícula da Educação Infantil no Município de Retiroândia, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2014

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	58	565	-	-	125	-	748
2011	-	603	-	-	159	-	762
2012	-	629	-	-	159	-	788
2013	-	617	-	-	184	-	801
2014	-	582	-	-	178	-	760

Fontes: MEC/Inep

De acordo com os dados da tabela acima percebemos que houve um aumento significativo na população infantil na rede municipal nos anos de 2010 a 2013. Já no ano de 2014, houve uma redução no número de matrículas.



Aumentar o número de crianças com acesso à Educação Infantil e à aprendizagem são hoje ações na esfera de política públicos municipal. O percentual de crianças de zero a cinco anos matriculadas vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, segundo dados da tabela nº 06 acima. Ainda assim, há muito que se percorrer, existe necessidade de ampliar a oferta de vagas em creches e pré-escolas do município a partir da reestruturação da rede e parcerias com o Ministério da Educação. Evidenciando que o acesso e permanência na Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento intelectual da criança, que nessa fase recebe os estímulos decisivos para a vida educacional futura.

Analisando a tabela nº 07 a seguir, pelos dados verificamos que houve uma redução no número da população infantil no município entre os anos de 2012 a 2014, contudo é um número considerável de nascidos vivos sendo 395 crianças. Em virtude dessa estimativa de demanda existente, a oferta de vagas para este nível de ensino deverá ser acrescida na rede publica.

Tabela 7. Frequência por ano de nascimento, segundo o Município Residente.

Nascidos Vivos – Bahia			
Município Residente	Período		
	2012	2013	2014
Município Residente	167	100	128

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2014.

Os dados da tabela nº 07 acima, evidencia que houve uma pequena queda no número de nascidos vivos de 2012 à 2014. No entanto em sua totalidade há um número considerável de crianças nascidas vivas, em viés existe a necessidade da expansão do atendimento na rede pública para Educação Infantil.

**Tabela 8. Taxa de escolarização⁶ da Educação Infantil do Município de Retiroândia (2010)**

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não matriculados	Taxa (C)%
Creche (0 a 3 anos)	735	321	414	56,32
Pré-Escola (4 a 5 anos)	381	427	-	112,07
Total (0 a 5 anos)	1.116	748	368	32,97

Fontes: IBGE, MEC/INEP: <http://www.qedu.org.br/cidade/3065-retirolandia/censo-escolar?year=2013&localization=1&dependence=2&item=matriculas>. acesso em

Podemos observar na tabela que 32,97% da população de 0 a 5 anos encontra-se fora da escola, principalmente nos atendimentos em creche que é de 56,32%. É importante salientar que o atendimento da creche no município é de crianças de 18 meses a 3 anos e 11 meses, em virtude de não ter berçários para assistir às crianças menores de 18 meses justificando assim o baixo índice. Diante dessa realidade faz-se necessário a criação de creches com infraestrutura adequada para atender a essa clientela de 0 a 18 meses de idade.

As crianças de 4 a 5 anos de idade são atendidas no pré-escolar em escola de educação infantil ou em unidades escolares regular com atendimento a essas crianças. Os estabelecimentos de ensino infantil do município não atendem as adequações necessárias à faixa etária, assim sendo é importante frisar a necessidade de estruturação das unidades escolares desse nível de ensino para atender as reais necessidades das crianças de 4 a 5 cinco anos.

Tabela 9. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Retiroândia, por localização (2010)

Localização	População de 0 a 5 anos (A)	Matrícula (B)	Escolarização %
URBANO	637	183	28,72
RURAL	479	565	-117,95

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula.

Nos dados da tabela 09, a população rural de 0 a 5 anos encontra-se com número de matrícula superior ao da população, assim como a zona urbana o número de matrícula

⁶ A taxa de escolarização refere-se à proporção de pessoas de uma determinada faixa de idade que frequenta a escola, em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária.



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

não condiz com a realidade, em virtude das escolas de ensino infantil da rede municipal estarem todas registradas até o presente momento na zona rural do município não constando nenhum estabelecimento dessa natureza na sede do município. Entretanto, atualmente a rede municipal de educação de Retiroândia conta com uma Creche Municipal Arlete Magalhães situada a sede do município. A mesma oferece por modalidade: Maternal I 18 meses a 2 anos, Maternal II 2 anos a 3 anos, Maternal III 3 anos a 3 anos e 11 meses.

Na zona rural do município encontram-se nove (09) núcleos da Creche Municipal, são elas: Creche Municipal Dr. Heraldo Rocha povoado Mandápoles; Creche Municipal Tia Maria povoado de Jitaí; Creche Municipal Tia Lourdes povoado de Gibóia; Creche Municipal Tia Silene Mota povoado de Laginha; Creche Municipal Irmã Dulce povoado de Lagoa Grande; Creche Municipal TIA Benedita comunidade de Sossego; Creche Municipal Tia Luci comunidade de Vista Bela; Creche Municipal Tia Antonia comunidade de Alecrim; Creche Municipal Tia Derlinda Rios comunidade de Uberlândia.

Temos uma escola de Educação Infantil a Escola Municipal Monteiro Lobato, localizada na sede do município a mesma oferece a pré-escola crianças de 4 e 5 anos: Pré-escolar I 4 anos; Pré –escolar II 5 anos.

Na zona rural também encontram-se cinco (05) unidades de ensino da Educação Infantil que atendem a pré-escola: a Escola Municipal Artur da Costa e Silva no povoado do Alecrim; a Escola Municipal Luis Eduardo Magalhães no povoado do Jitaí; a Escola Municipal Daniel Ferreira de Santana no povoado Jibóia que atende o fundamental I e II; a Escola Municipal Evangélio Santiago no povoado da Lagoa Grande; a Escola Municipal Tiradentes no povoado Laginha que atende o fundamental I e II.

O atendimento às crianças de educação infantil do município de Retiroândia, abrange a faixa etária de 18 meses a 5 anos de idade, as Creches atendem em tempo integral de oito horas e meia, e a pré-escola em tempo parcial de quatro horas, contempla os 200 dias letivos e acompanha o calendário escolar do Ensino Fundamental, contempla o pré-requisito estabelecido por lei pelo Mec referente a quantidade de alunos por professor, que é de 21/1 para a pré-escola e de 6 a 8 crianças de 0 a 2 anos para cada professor e de 15 crianças de 2 a 3 anos para cada professor e ressaltando que as creches os professores contam com auxiliares em cada classe.



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

A maioria dos profissionais de educação infantil do município de Retiroândia possui licenciatura em pedagogia ou formação em magistério, no entanto alguns não apresentam aptidões necessárias para a mediação desse nível de ensino. Por isso faz-se necessário à oferta de formação inicial e continuada para os profissionais de educação infantil bem como ampliar o quadro efetivo dos profissionais e assegurar a docência aos habilitados na área de ensino, para garantir uma melhora expressiva na condição do ensino a ser oferecido no contexto educacional infantil do nosso município.

Vale ressaltar a insuficiência de materiais disponibilizados para atender a demanda da educação infantil bem como adequação de ambientes de acessibilidade áreas de lazer, matérias pedagógicos, livros didáticos, biblioteca e brinquedoteca requisitos necessários ao desenvolvimento de atividades lúdicas importantes nessa fase de escolaridade dentro das possibilidades e realidades de cada escola.

O município disponibiliza de atendimento a crianças portadoras de necessidades especiais – AEE Atendimento Educacional Especializado, entretanto para crianças a partir de 02 anos. A Secretaria de Educação vem buscando contemplar na formação docente aspectos relativos ao trabalho voltado à diversidade e a inclusão de alunos com necessidades educativas especial, promovidas pelos profissionais do AEE formação aos professores da modalidade oferecendo subsídios para sua prática.

O projeto político pedagógico norteia as ações dos profissionais de educação bem como a ações da escola, em sua maioria as escolas de educação infantil do município tem seu projeto político pedagógico dentro das diretrizes e referenciais curriculares, envolvendo os profissionais e a sociedade civil, para garantir a melhoria da qualidade com igualdade ao ensino/aprendizagem. Em nossa concepção a relação professor-aluno-conteúdo deve ser horizontal, de maneira dinâmica, desafiadora, lúdica, interativa, onde todos são sujeitos no processo, e o educador mediador da aprendizagem. Nessa concepção, o erro deve ser valorizado na busca do acerto, deve-se envolver o integral do ser humano, (corpo, mente e espírito), as dimensões psicológica, biológica e social, Não se pensa em educação sem a psicologia e a tendência pedagógica que norteiam sua prática. Sendo assim, entendemos que todas as escolas psicológicas, assim como todas as tendências pedagógicas são operantes, estão implícita e explicitamente, nas ações pedagógicas nas estratégias de aprendizagem, na postura do professor sendo, portanto, de fundamental importância para as



ações educacionais, entende-se que o sócio-construtivismo, e as tendências crítico-social dos conteúdos e a libertadora sejam as mais completas e adequadas nesse contexto histórico.

A avaliação deve ser mediadora, tendo em vista o conhecimento prévio da criança, sua potencialidade e a conquista da mesma, a relação do aluno com o outro, a expressividade, a criatividade, sua atuação ao longo de cada unidade, sua responsabilidade; atividades diversificadas, “brincadeiras, jogos, atividade psicomotoras dentre outras”. É um processo gradativo que leva em conta a idade de cada criança. Esse caráter avaliativo é realizado a partir de observações e preenchimento de ficha, no final fazendo parecer. Além disso, tanto o professor quanto os envolvidos no processo educacional devem ser avaliados e fazerem auto avaliação. A totalidade dos envolvidos (interação entre razão, corpo e sentimento) precisam ser levados em consideração na avaliação.

2.2.1.3 Ensino Fundamental

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu Artigo 2º afirma que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O artigo 4º da LDB diz que é dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

As diretrizes norteadoras do Ensino Fundamental estão contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e na Lei Orgânica do Município.

O artigo 5º da LDB dispõe que o acesso ao Ensino Fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associações comunitárias, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo.



Ao Município e ao Estado, com complementação financeira da União cabe, em regime de colaboração, atender a demanda do ensino fundamental.

A Lei nº 9.394/1996 sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade, o que, por sua vez, tornou-se meta da educação nacional pela Lei nº 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Finalmente, em 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 11.274, institui o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade.

Essa ampliação do ensino fundamental para nove anos significa, também, uma possibilidade de qualificação do ensino e da aprendizagem da alfabetização e do letramento, pois a criança terá mais tempo para se aproximar desses conteúdos, bem como assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, mais oportunidades de aprender e um ensino de qualidade. Essa é a proposta do MEC com a implantação do ensino fundamental de nove anos. A intenção é fazer com que aos seis anos de idade a criança esteja no primeiro ano do ensino fundamental e termine esta etapa de escolarização aos 14 anos.

No município de Retiroândia o ensino fundamental vem sofrendo alterações e oscilações no número de matrículas entre os anos de 2010 a 2013, como pode ser vista na tabela 10 abaixo. Além disso, é possível perceber também um êxodo dos alunos da zona rural para a zona urbana. Isso se deve por causa da procura e oferta de emprego que na sede do município é maior, bem como vários fatores que influenciam os pais dos alunos a se mudarem para a zona urbana. É importante perceber também na tabela que em 2012 e 2013 as matrículas da rede municipal cresceram enquanto na rede estadual diminuíram.

Tabela 10. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Retiroândia, por dependência administrativa e localização (2010/2013)

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	909	791	272	-	213	-	2.188
2011	894	701	295	-	222	-	2.112
2012	915	606	257	-	248	-	2.026
2013	935	609	190	-	287	-	2.021

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar – Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2014.



Trabalhando com os dados de 1999, 2000 e 2010, na tabela 11.1, percebemos que o Nível Educacional da População de 6 a 14 anos vem sofrendo alterações significativas, enquanto a quantidade de alunos na escola aumenta progressivamente a taxa de analfabetismo diminui. Podemos comparar os índices do país (tabela 11) com os índices do município e perceber que os dois evoluem gradativamente para acabar com o analfabetismo.

Ainda temos um grande número de adolescente fora da escola, fazendo-se necessário um movimento no sentido de esclarecer a população da importância do encaminhamento das crianças e adolescentes na faixa etária em questão para a devida formação escolar, uma vez que o município em sua rede de ensino disponibilizava vagas para atender essa demanda.

Tabela 11. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
06 a 14 anos	-	-	-	71,63	97,26	98,47
11 a 14 anos	26,69	6,12	4,49	-	-	-

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 16 jan. 2014

Pela legislação que organiza a oferta de ensino no país (Lei 9.394/1996), a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do ensino fundamental e concluir a etapa aos 14. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no ensino médio. Nesse sentido quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais o aluno é considerado em situação de distorção ou defasagem idade-série. O valor da distorção é calculado em anos e representa a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando.

De acordo com a tabela 12 abaixo uma das metas para o ensino fundamental (EF) de nove anos é o ingresso das crianças com seis anos na escola e isso vem sendo cumprida no município de Retiroândia quando a defasagem em 2013 foi de 0% no primeiro ano do EF. A taxa de distorção idade/série representada na tabela evidencia que ao longo da vida escolar



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

uma parcela substancial dos alunos vai sendo retida visto que o índice cresce à medida que as séries evoluem. Neste particular, no 6º Ano do Ensino Fundamental encontra-se o maior grau de distorção, sendo 32,8% dos alunos em defasagem, enquanto em números gerais essa defasagem por serie/idade é de 18,55%. A taxa de distorção idade-série atinge picos no 6º ano do ensino fundamental, e isso ocorre na maioria das vezes pelo excesso de aprovações no período de 1º ao 4º ano, permitindo ao aluno progredir nos estudos mesmo com dificuldades de leitura, escrita, interpretação de textos e operações matemáticas simples.

Tabela 12. Matrícula do Ensino Fundamental do Município X, por idade e série⁷, Rede Municipal, (2013)

Idades	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
6 anos	149	06	-	-	-	-	-	-	-	155
7 anos	11	136	21	-	-	-	-	-	-	168
8 anos	-	14	120	07	-	-	-	-	-	141
9 anos	-	03	37	96	24	-	-	-	-	160
10 anos	-	02	23	19	86	30	03	-	-	163
11 anos	-	-	11	13	28	73	38	04	-	167
12 anos	-	-	09	12	17	41	80	41	06	206
13 anos	-	-	03	11	10	22	31	55	34	166
14 anos	-	01	04	05	05	19	25	27	36	122
15 anos	-	-	-	02	02	15	14	24	23	80
+ de 16 anos	-	01	02	03	01	14	11	09	22	63
Total de alunos por série	160	163	230	168	173	214	202	160	121	1591
Nº de alunos total em defasagem	0	07	52	46	35	70	50	33	22	295
% em defasagem	0	4,3	22,7	27,4	20,3	32,8	24,8	20,7	18,2	18,55

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

⁷ Cálculo de defasagem - Matrícula com defasagem / total da matrícula por série.

Ex.: $91/301 \times 100 = 30,23$

Cálculo: Matrícula Inicial – (Transferidos + evadidos) = Matrícula final



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

As principais causas da distorção idade/série apontadas em pesquisas são a evasão e o abandono escolar, todavia existem causas primárias que contribuem para estas, e apesar de muitas vezes estarem intimamente ligadas à situação socioeconômica do aluno, isso nem sempre é fator determinante. Uma das principais consequências da distorção idade-série é o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar quando comparados aos alunos regulares, o que pode ser evidenciado pelos resultados inferiores aos esperados nas avaliações nacionais do Ensino Fundamental.

No 6º ano, quando o aluno deixa de ter uma única professora e passa a ter diversos educadores que lecionam disciplinas específicas, há uma explosão na repetência e abandono. Se o aluno reprovado seguir na escola, e se o aluno desistente retornar à sala de aula chegará ao Ensino Médio com pelo menos um ano de atraso.

Até o 5º ano, quando tem uma professora como referência, o currículo trabalha o lúdico, a criança gosta de ir para a escola. Depois disso, começa a confusão, vários professores com estilos diferentes, que não conversam entre si. Muitos alunos não conseguem acompanhar. Outro fator é em alguns casos o aluno precisa trabalhar ou cuidar de irmãos mais novos, e evade da escola cada vez mais cedo. Em outras situações, a desestrutura familiar, contribui para comportamentos indisciplinados e a prática de atos infracionais, prejudica o desenvolvimento do aluno, resultando num quadro de repetências.

O estudo do fenômeno da distorção idade-série parece ser fundamental para a política educacional no país, visto que a mesma possui impactos sobre a eficiência e a eficácia do sistema educacional e se relaciona com um conjunto de variáveis quantitativas e qualitativas da educação, como as taxas de reprovação e de repetência e as condições de infraestrutura que, comprovadamente, influenciam o desempenho dos alunos.

Buscando solucionar o problema da distorção, em 2005, o Ministério da Educação instituiu o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que utiliza, entre outras, uma medida de fluxo para avaliar as escolas. O objetivo é melhorar esses índices a partir da “pressão” da comunidade local.

O artigo 24, inciso V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), respalda legalmente uma proposta pedagógica de aceleração, quando estabelece que um dos critérios da verificação do rendimento escolar seja a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar. A proposta das classes de aceleração de maneira geral visa diminuir a



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

defasagem idade-série, corrigindo o fluxo escolar ao readaptar alunos com dois anos ou mais de repetência no ensino regular. Tais alunos, em função dessas múltiplas reprovações, veem-se desgarrados de seu grupo ou classe e reunidos a crianças bem mais jovens, com interesses bem diferentes dos seus, o que dificulta a organização escolar.

A aceleração da aprendizagem é um termo atribuído ao programa instituído em 1997 pelo Ministério da Educação (MEC) que visa corrigir a distorção do fluxo escolar, ou seja, a defasagem entre a idade e a série que os alunos deveriam estar cursando. Segundo o MEC, o programa de aceleração de aprendizagem “tem a finalidade de possibilitar aos sistemas públicos de ensino, municipal e estadual as necessárias condições para combater o fracasso escolar, proporcionando aos alunos que apresentam a chamada distorção idade-série efetivas condições para a superação de dificuldades relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem”.

O município de Retiroândia atende toda demanda para o ensino fundamental, mas precisam intensificar ações junto aos pais para evitar a evasão de crianças e jovens na escola. O Programa Bolsa Família implantado no município, concede atualmente recursos às famílias para permanência dos filhos na escola e tem colaborado para diminuir o número de faltas e de abandono. Paralelamente, outras ações são necessárias para garantir educação de boa qualidade e permanência dos alunos, tornando a escola um espaço atraente e convidativo: melhorar a infraestrutura física, adequando e ampliando espaços, inclusive para atender alunos portadores de necessidades especiais; oferecer um currículo adequado ao mundo atual e à sua clientela; garantir acesso a novas tecnologias; e promover atividades complementares. Vale salientar que o município está intensificando ações para oferecer ao alunado essas especificidades citadas acima no intuito de garantir uma aprendizagem significativa.

Tabela 13. Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Retiroândia

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	-	49,20	-	34,40	-	16,40	-
	-	83,90	-	0,00	-	16,10	-
	-	-	-	-	-	-	-



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

2ª Série / 3º ano do EF	-	65,10	-	20,90	-	14,00	-
	-	79,60	-	14,30	-	6,10	-
	-	82,40	-	11,80	-	5,80	-
3ª Série / 4º ano do EF	-	61,40	-	9,10	-	29,50	-
	-	90,70	-	7,00	-	2,30	-
	-	83,00	-	9,40	-	7,60	-
4ª Série / 5º ano do EF	-	82,10	-	3,60	-	14,30	-
	-	83,30	-	14,30	-	2,40	-
	-	94,10	-	3,90	-	2,00	-
5ª Série / 6º ano do EF	-	65,10	-	20,90	-	14,00	-
	-	83,70	-	7,00	-	9,30	-
	-	74,40	-	17,90	-	7,70	-
6ª Série / 7º ano do EF	-	80,60	-	13,90	-	5,50	-
	-	81,80	-	9,10	-	9,10	-
	-	71,40	-	11,40	-	17,20	-
7ª Série / 8º ano do EF	-	78,30	-	8,70	-	13,00	-
	-	81,30	-	9,40	-	9,30	-
	-	78,10	-	9,40	-	12,50	-
8ª Série / 9º ano do EF	-	89,30	-	3,60	-	7,10	-
	-	90,50	-	0,00	-	9,50	-
	-	95,80	-	0,00	-	4,20	-

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

Tabela 14. Taxas de Rendimento - Rede Municipal de Retiroândia

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008	67,50	76,50	23,80	22,60	8,70	0,90
	2009	80,20	83,50	15,40	16,50	4,40	0,00
	2010	77,50	84,90	9,00	11,90	13,50	3,20
2ª Série / 3º ano do EF	2008	84,20	76,40	12,30	22,80	3,50	0,80
	2009	87,60	90,90	12,40	7,40	0,00	1,70



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

	2010	82,40	86,00	14,10	11,20	3,50	2,80
3ª Série / 4º ano do EF	2008	87,10	83,20	5,40	14,20	7,50	2,60
	2009	85,10	87,00	10,30	13,00	4,60	0,00
	2010	86,70	83,50	9,60	12,20	3,70	4,30
4ª Série / 5º ano do EF	2008	82,30	90,10	14,60	5,00	3,10	4,90
	2009	92,00	96,60	5,70	2,60	2,30	0,80
	2010	90,20	96,20	8,50	2,90	1,30	0,90
5ª Série / 6º ano do EF	2008	72,40	80,30	12,20	11,30	15,40	8,40
	2009	0,00	71,20	0,00	18,30	0,00	10,60
	2010	65,80	75,00	28,60	6,70	5,60	18,30
6ª Série / 7º ano do EF	2008	73,90	72,40	18,30	15,50	7,80	12,10
	2009	96,60	65,60	3,40	21,90	0,00	12,50
	2010	83,20	68,80	13,00	4,70	3,80	26,50
7ª Série / 8º ano do EF	2008	63,70	78,10	23,70	15,60	12,60	6,30
	2009	0,00	95,30	0,00	2,30	0,00	2,40
	2010	71,30	86,70	27,90	4,40	0,80	8,90
8ª Série / 9º ano do EF	2008	91,50	88,10	1,10	0,00	7,40	11,90
	2009	82,70	97,00	9,60	0,00	7,70	3,00
	2010	79,30	76,90	17,20	10,30	3,50	12,80

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php>>
Acesso em: 16 jan. 2014.

Nas tabelas 13 e 14, acima mostra o rendimento escolar no ano de 2013, através dela percebe-se uma diferença significativa entre o ensino da rede Municipal para a rede estadual, sendo que no município as taxas de aprovação são mais elevadas enquanto as taxas de reprovação e abandono são menores do que a do estado. É importante frisar que ambas as rede devem preocupar-se com a evasão escolar e a reprovação, pois os índices ainda são altos contribuindo para o aumento da distorção idade/série. Ainda analisando as tabelas, na taxa de abandono é possível identificar um alto índice de abandono escolar principalmente nos anos finais do EF, tanto na zona urbana quanto na rural.

A esse fato de altas taxas de reprovação e abandono são relacionadas a reprovação reincidente, a aprovação sem mérito, o aumento da distorção idade série, a indisciplina,



enfim a maior parte dos problemas vivenciados nas unidades escolares do município termina por relacionarem-se de modo significativo com o problema que neste ponto do diagnóstico se apresenta.

A Secretaria Municipal de Educação junto às escolas Municipais vem buscando promover um ensino de qualidade, implantando projetos como o Pacto para melhorar a leitura e escrita do alunado, além de promover e participar de ações voltadas para a valorização da cultura, como a Mais cultura, o Mais Educação e o Mais Atleta que incentiva o esporte na escola.

A educação do município de Retirolândia vem mudando aos poucos, evoluindo com o tempo e acompanhando o mundo moderno e tecnológico. Em 2015 algumas escolas já contam com centros de informática, quadras poliesportivas, transportes adequados, professores capacitados, enfim estamos caminhando para um novo rumo na educação retirolandense.

2.2.1.4 Ensino Médio

Apesar de não ser competência legal do governo municipal a oferta de educação no Ensino Médio também deve ser considerada no PME, para que sejam levadas em conta as expectativas dos munícipes em relação a essa etapa da educação básica para, então, desenvolver esforços junto aos órgãos competentes e fazer com que as necessidades da população sejam satisfeitas.

Nesse intuito, a análise situacional da educação do município de Retirolândia nos mostra que a única escola pública de Ensino Médio existente no município é o Colégio Estadual Olavo Aves Pinto (CEOAP), pertencente a rede estadual. É uma escola de porte médio. Foi criado por uma portaria da Secretaria de Educação e Cultura do estado da Bahia como escola primária, de 1ª a 4ª séries denominação da época, em abril de 1968 construída pelo senhor Deraldino Ramos de Oliveira, primeiro prefeito do município de Retirolândia. A denominação da escola foi uma homenagem ao primeiro professor público da cidade de Conceição do Coité, município do qual Retirolândia era distrito. Em 12 de agosto de 1985, O grupo escolar Olavo Alves Pinto teve o seu poder público educacional ampliado para oferecer a



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

população o ensino até a 8ª série do Primeiro grau, com o anseio de se oferecer o ensino gratuito aos alunos desta terra, principalmente visando a situação daqueles de poder aquisitivo mais baixo que não podiam pagar a mensalidade na única escola existente nesta localidade, a Escola Cenecista, a qual oferecia a população do antigo Ginásio, hoje Ensino Fundamental II ao 2º grau, hoje chamado Ensino Médio. Mais uma vez a referida escola recebe nova nomenclatura: Escola de 1º grau Olavo Alves Pinto, portaria 448/88, de 18 de maio de 1988.

Em fevereiro de 1986, pela portaria, nº 488, do Diário Oficial de 01 e 02 de fevereiro a Secretaria de Educação e Cultura autoriza o funcionamento do Curso de Formação para o Magistério, cujo reconhecimento saiu por volta dos quatro anos de funcionamento desta escola. Mais uma vez a nomenclatura da escola muda, agora para Colégio Estadual Olavo Alves Pinto, que se expande oferecendo também o curso de Formação geral. Atualmente a instituição oferece o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos, sem perder de vista o principal anseio que permeou toda a sua história que é o de oferecer educação gratuita e de qualidade a população retirolandense.

Além dessa escola estadual, há também uma escola da Rede privada que oferece o Ensino Médio na modalidade normal, o Centro de Educação Santo Antonio (CESA), escola fundada em 06 de março de 1991, por um grupo de professores que desejam oferecer uma educação de mais qualidade no município. Até os dias atuais o CESA têm contribuído para educação retirolandense formando estudantes que atuam dentro e fora do município em diversas áreas, se configurando como uma das melhores instituições escolares da rede privada na região sisaleira, por proporcionar uma educação de qualidade voltada para a formação intelectual, humana e cidadã. A escola se destaca também por, no últimos anos, ser uma das incentivadoras de diversas atividades culturais e esportivas no município, a exemplo da Mostra de Artes e Jogos do CESA, eventos realizados tanto dentro da escola como no Ginásio de esportes, contanto sempre com um público considerável de espectadores que afirmam a vocação da escola em inovar na realização de suas atividades.

Sobre o Ensino Médio no município de Retirolândia podemos atualmente dizer que a grande maioria dos alunos que concluíram o Ensino Fundamental continuam seus estudos na Unidade de Ensino da Rede estadual. Já a escola da rede privada recebe uma parcela pequena de estudantes no Ensino Médio. Outros alunos buscam ainda estudar em outras cidades, ou fazer cursos que combinam Ensino Médio e Ensino Técnico e profissionalizante,

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QW+JGFR245HBGCVMMWNOUJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



em municípios vizinhos, a exemplo de São Domingos e Santa Luz, que possuem Centros de Educação Profissional, os CEEPs (Centro Estadual de Educação Profissional).

Muitos alunos egressos das escolas de Ensino Médio de Retiroândia já tiveram acesso ao Ensino Superior, hoje especialmente através da participação no ENEM. Muitos egressos das escolas citadas já estão formados em diversos cursos tanto na Graduação quanto na Pós-graduação (Direito, Enfermagem, Medicina, Pedagogia e diversas Licenciaturas). Desses, muitos tiveram acesso ao Ensino Superior através da Universidade Estadual da Bahia – UNEB, que possui um Campus de Educação em Conceição do Coité, cidade vizinha a Retiroândia. Nesse campus (Campus XIV – UNEB) saíram retirolandenses graduados em Letras Vernáculas e Letras com Língua Inglesa, História e Comunicação Social. Além da UNEB, diversos retirolandenses também já tiveram acesso a diversos cursos na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), dentre outras Faculdade Privadas em Feira de Santana e Salvador, bem como dentro do próprio município através de cursos de extensão em Graduação mantidas por uma Consultoria Educacional através de uma faculdade semipresencial.

Na tabela abaixo podemos visualizar os números que dizem respeito a matrícula inicial do Ensino Médio no município de Retiroândia, entre os anos de 2011 a 2014.

Tabela 15. Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município de Retiroândia, por dependência administrativa e localização 2011/2014

Anos	Municipal		Estadual		Privada		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	-	-	512	-	18	-	530
2012	-	-	517	-	28	-	545
2013	-	-	488	-	38	-	526
2014			408		38		446

Fonte: Anuário Estatístico da Educação da Bahia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2010>>. Acesso em: 16 jan. 2014 / Censo Escolar da Educação Básica: <<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>> Acesso: 06 de maio 2015.

A oferta de vagas para o Ensino Médio, no primeiro momento, demonstra ser suficiente para atender a demanda de egressos das séries finais do Ensino Fundamental da Rede municipal. Por outro lado, percebe-se um número crescente de estudantes saindo para cursar o Ensino Médio fora do município. Apesar de não haver um índice oficial que comprove tal movimento, segundo dados da Secretaria municipal de Educação cerca de 150



estudantes fazem cursos técnicos nas cidades circunvizinhas, São Domingos e Santa Luz. A tabela 15 demonstra ainda que nos últimos anos a matrícula da Rede estadual tem caído, enquanto a matrícula da Rede privada têm demonstrado breve elevação.

Diante dos números acima demonstrados se percebe que o total de estudantes do Ensino Médio dentro do território retirolandense têm demonstrado queda, o que pode apontar para a saída de estudantes para as cidades vizinhas, especialmente devido à oferta de cursos técnicos profissionalizantes de nível médio. Além disso, não sabemos se a falta de opção para a maioria dos estudantes em escolher onde cursar o Ensino Médio provoca esse movimento, já que o município possui apenas uma escola pública pra atender a esse nível de ensino.

Na tabela que segue temos um painel sobre a taxa de rendimento do Ensino Médio da rede pública. Reiteramos que Retiroândia possui apenas uma escola de Ensino Médio da Rede pública, pertencente a Rede Estadual. Cabendo ao município a disponibilização do transporte escolar que atende aos estudantes tanto da Rede municipal, quanto da Rede Estadual e também da rede privada.

Tabela 16. Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Municipal/ Rede Estadual

Fase / Nível		Taxa Aprovação			Taxa Reprovação			Taxa Abandono		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1º ano do EM	2008	74,60	-		4,20	-		21,20	-	
	2009	71,00	-		9,10	-		19,90	-	
	2010	66,30	-		14,60	-		19,10	-	
2º ano do EM	2008	78,00	-		6,50	-		15,50	-	
	2009	72,90	-		10,40	-		16,70	-	
	2010	72,80	-		9,30	-		17,90	-	
3º ano do EM	2008	86,20	-		1,90	-		11,90	-	
	2009	82,80	-		4,00	-		13,20	-	
	2010	76,10	-		8,80	-		15,10	-	

Fonte: Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

Um dado relevante a ser observado sobre o Ensino Médio diz respeito às taxas de aprovação, reprovação e abandono. Como mostra a tabela 16, a aprovação teve leve queda



no 1º ano, caiu e depois se manteve estável no 2º ano, enquanto no terceiro ano a queda é na média de 10 pontos entre 2008 e 2010. Enquanto isso, as taxas de reprovação têm aumentado em média de 4 a 5 pontos, especialmente nas turmas de 1º e 3º ano. Já a taxa de abandono têm caído, mesmo que em números pouco significativos no 1º ano, enquanto no 2º e 3º ano o abandono têm aumentado em 2 e 3 pontos, respectivamente, em dois anos.

Tabela 17. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2013

Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Federal	2012	-	-
Rede Estadual	2012	-	-
Rede Municipal	2012	-	-

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2009/gerarTabela.php>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

Infelizmente não conseguimos localizar os dados da tabela 17, por isso, o levantamento a respeito do desempenho dos estudantes retirolandenses no Exame Nacional do Ensino Médio não foi realizado. O que temos percebido é que um número cada vez mais expressivo de estudantes retirolandenses estão realizando o ENEM, especialmente para adentrar a universidade através do SISU ou Prouni.

Portanto, há ainda algumas questões a serem solucionadas em Retiroândia, pois os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos não estão sendo incentivados na prática de atividades culturais e esportivas, há poucas ações do tipo sendo realizadas, e apenas através das escolas. Há ainda a necessidade do município buscar implementar a Educação profissional técnica, para atender a uma demanda de estudantes que saem do município para estudar em cidades vizinhas. É preciso haver um diálogo maior do município com as escolas do Ensino Médio, especialmente a escola estadual, para que sejam realizadas ações que proporcionem maior acesso a bens culturais e esportivos, bem como apoio aos estudantes que estão no último ano do Ensino Médio, no sentido de auxiliar na escolha da carreira, bem como apoio para realização de cursos preparatório para ENEM e vestibular.

É importante frisar que, até o ano de 2016, conforme a Emenda Constitucional nº 59/2009, a Federação precisa universalizar o atendimento da população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrícula no Ensino Médio em 85% na faixa etária citada,



Lei nº 13.005/2014. Esse fato indica o quanto esta articulação deve estar na pauta de trabalho, pois, para muitos municípios, é um desafio a ser vencido.

Em Retirolândia o percentual de jovens entre 15 e 17 que frequentam a escola é de 84,1%, enquanto que a taxa de escolarização líquida está em 44,4%. No primeiro índice a meta é a universalização de 100% de jovens dentro da escola, enquanto o segundo projeto uma taxa de 85%. Os números demonstram a necessidade de maior incentivo e organização da modalidade de Ensino dentro do município a fim de que as metas projetadas sejam atingidas.

2.2.2 Educação Superior

2.2.2.1 Ensino Superior

A adolescência é uma fase da vida caracterizada por uma série de mudanças, não só fisiológicas, mas também em relação aos papéis sociais assumidos pelo indivíduo. Entre estes, destaca-se o papel de trabalhador. O jovem brasileiro que chega ao fim do ensino médio é chamado a fazer escolhas profissionais e pode optar pela continuação dos estudos ou pelo ingresso imediato no mercado de trabalho. Uma das alternativas disponíveis para que o jovem continue seus estudos é a educação superior.

A atual legislação educacional brasileira oferece uma série de possibilidades para continuação dos estudos, tanto no âmbito da educação superior quanto no da educação profissional. Segundo o artigo 44 da LDB (Brasil, 1996), a educação superior oferece quatro possibilidades de formação: cursos sequenciais por campo de saber, de graduação, de pós-graduação e de extensão. Os cursos sequenciais por campo de saber são de dois tipos: cursos superiores de formação específica e cursos superiores de complementação de estudos; e possuem dois objetivos distintos: a qualificação técnica, profissional ou acadêmica e a ampliação dos horizontes intelectuais em campos das ciências, humanidades e artes (Brasil, 1999).

Os cursos de graduação são acessíveis a quem termina o ensino médio e se classifica em processo seletivo (Brasil, 1996). Os cursos de pós-graduação são destinados



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

a quem tem diploma na educação superior e abarcam programas de mestrado e doutorado. Os cursos de extensão estão abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino (Brasil, 1996).

Apesar da variedade de possibilidades para continuação dos estudos existente no país, verifica-se uma tendência do jovem que termina o ensino médio de fazer escolhas profissionais ligadas aos cursos mais tradicionais de graduação oferecidos pela educação superior. Essa situação está diretamente ligada ao desenvolvimento histórico do ensino médio, da educação superior e da educação profissional em nosso país.

O município de Retiroândia vem crescendo em demandas por educação superior, uma média de 210 alunos do ensino médio que finalizam seus estudos no final de 2015. O governo municipal tem disponibilizado apenas apoio ao transporte aos alunos que cursam ensino de nível profissional e superior dentro e fora do município. Existe no município apenas um núcleo de educação superior privada e a distância, autorizada pelo MEC denominada FAIBRA (Faculdade Integrada do Brasil) obtendo como resultado nas avaliações externas do Enade média 2. A mesma oferece cursos de graduação na área de Administração e Pedagogia. Um grande desafio para os estudantes que cursam educação superior no núcleo da FAIBRA ainda é na infraestrutura que não dispõe de acesso à internet, biblioteca, secretaria de cursos, etc.

A ausência de políticas públicas na esfera municipal tem impossibilitado alguns estudantes de baixa renda continuarem seus estudos, principalmente os que moram na zona rural, que na maioria, falta incentivo e nem sempre acompanham a divulgação dos cursos de graduação e pós-graduação, impossibilitando também o acesso aos cursos técnicos de nível médio e tecnológico. Na Rede Municipal de ensino na sua maioria, professores e professoras tem formação de nível superior e atende áreas específicas, como também são ofertados subsídios para formação dos profissionais das escolas do campo a exemplo do Projeto CAT (Conhecer, Analisar e Transformar) , porém ainda é necessário que o município busque parcerias para a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação nas respectivas áreas de atuação e assegure condições de acessibilidade, formação, currículo, pesquisa, estágio e mundo do trabalho que possam atender as necessidades básicas dos profissionais e dos estudantes concluintes do ensino médio que almejam ingressar no ensino superior.



2.3 MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS

Esse tópico fundamenta a discussão e os debates do PME, a partir do contexto municipal, na tentativa de conjugar esforços para se adequar às leis e verificar a dimensão do atendimento para essa demanda, a fim de melhorar a educação oferecida, torná-la mais eficiente e com qualidade para a comunidade local.

2.3.1 Educação Especial

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, a educação assume um enfoque diferente de versões anteriores. Em seu artigo 205, a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além disso, a constituição deixa claro que um dos princípios do ensino será igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996 referenda também, aquilo que outros documentos nacionais e internacionais frisam acerca das pessoas com deficiência. Esta Lei, em seu capítulo V deixa bem claro que a educação especial é uma modalidade de educação que perpassa todos os níveis de ensino (educação infantil, ensino fundamental, médio e superior).

Também passou a ser responsabilidade do município desenvolver os passos necessários para implementar a educação inclusiva no âmbito da educação infantil e fundamental.



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

A educação inclusiva caracteriza-se, portanto, como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais mais diversas. Além dessa interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, propõe-se buscar uma pedagogia que se dilate frente às diferenças do alunado (BEYER. 2006. p 73).

Dessa forma, a inclusão se propõe adequar-se a atender as necessidades educacionais especiais das pessoas que possuem transtornos, doenças e ou deficiências que venham comprometer seu desempenho cognitivo, afetivo e social.

Os princípios que embasam a proposta de educação democrática advinda da construção coletiva e dialética do processo de aprendizagem que se adequem as propostas inclusivas na educação em todos os seus níveis e modalidades, nada mais são do que a garantia de um direito constante na legislação brasileira em todas as suas esferas administrativas - federal, estadual e municipal.

A aprendizagem da criança tem que ser pensado como um todo dentro do seu desenvolvimento, pensando assim todo comprometimento físico, mental e ou sensorial deverá ser tratado como um conjunto de funções necessárias na aprendizagem. Afinal, como salienta Preito (2006, p. 40). “[...] o objetivo na inclusão escolar é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora da aprendizagem”.

O Projeto de Inclusão, assume a característica de ser:

[...] a busca de construção da identidade educativa. O projeto reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, construídas por sujeitos culturais, que se propõem a desenvolver uma ação educativa a partir de uma de uma unidade de propósitos. Assim são compartilhados desejos, crenças valores concepção que definem os princípios da ação pedagógica e vão delineando, em um processo de avaliação continua marcado pela provisoriedade, suas vetas, seus objetivos, suas formas de organização e suas ações (FARIA, DIAS, ANO, p. 20)

Pode-se enfatizar algumas ações que possibilitariam o reconhecimento das características e peculiaridades das pessoas com deficiência, além dos modos como se efetivariam as ações curriculares, metodológicas ,avaliativas, dentre outras, envolvendo o aluno com deficiência , os profissionais da escola.



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

A escola é o lugar onde se estabelece relações específicas de aprendizagens elaboradas e acadêmicas, Princípio da identidade do sujeito e sua família; construção afetiva, intelectual, cognitiva nos diversos âmbitos.

O Art. do decreto Nº 3298/99 da lei 7853/89 A educação especial no município tem acontecido de forma sistemática e gradativa com a implantação CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado), parceria com o APAE (Associação de pais e amigos dos excepcionais) com apoio a diferentes etapas e modalidades de ensino no município.

Dentre as perspectivas de inclusão o município incentiva ampliação de parcerias com o APAE, formação continuada oferecida pela Secretaria de Educação aos diretores, coordenadores e professores da rede, oferece contra turno a reabilitação cognitiva sensorial e fonológica com equipes Multidisciplinar (fonoaudiólogo, psicopedagogo, psicólogo, fisioterapeuta, pedagogo), e a orientação na identificação das crianças com NE Necessidades especiais, matriculando-as no ensino regular e criando estratégias pedagógicas e metodológicas para atender as especificidades de cada aluno, pensando na adequação da matriz curricular e da avaliação escolar.

O projeto político pedagógico do município fez as adequações metodológicas e da avaliação para atender as necessidades Educacionais especiais e suas especialidades, integrando a Educação do Ensino regular ao CAEE- Centro de Atendimento Educacional Especializado com planejamento de ações educativas (metodológicas, avaliações e adequações nos horários) e ampliando as salas de recursos multifuncionais nas escolas do campo. Sabe-se que todos devem se envolver na reflexão sobre a demanda ao processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, utilizando-se de parceria e fortalecimento de vínculos entre as secretarias de educação, saúde e de ação social. As viabilidades são feitas dentro de cada disponibilidade dos serviços oferecidos pela rede (especialidades médicas, transportes, apoio sócio-afetivo aos familiares).

Apresentamos abaixo a tabela com o quantitativo de matrículas da Educação especial no município de Retiroândia em 2013.

Tabela 18. Matrículas da Educação Especial no Município de Retiroândia em 2013



	Etapas da Educação Básica				Total
	Ed. Infantil	Séries Iniciais do E. F.	Séries Finais do E. F.	Ens. Médio	
Deficiência visual	01				01
Deficiência mental	01	07	03		11
Deficiência física	05	04	05		14
Deficiência auditiva	05	08	07		20
Deficiências múltiplas	07	06	05	03	21
Altas habilidades/superdotação	-	-	-	-	-
Transtornos globais do desenvolvimento	03	06	08	04	21
TOTAL	22	31	28	07	82

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

2.3.2 Política da Alfabetização

Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação no Brasil é um direito de todos e dever do Estado e da família (Art. 205), sendo a oferta pública organizada através do “regime de colaboração” entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Art. 211) e o ensino livre à iniciativa privada (Art. 209). O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo sendo o Poder Público responsabilizado pelo não oferecimento ou oferta irregular (Art. 208, VII, § 1º).

Na Educação Básica, há uma distribuição oficial de incumbências entre os entes federados. Os Municípios são responsáveis pela oferta de Educação Infantil (0 – 5 anos) e de Ensino Fundamental (6 – 14 anos), sendo esta última etapa compartilhada com os Estados. A União exerce função supletiva e redistributiva para toda a Educação Básica. Isto significa dizer que na ocorrência de desigualdades educacionais entre unidades federadas, redes e escolas, a União deve exercer papel complementar na promoção da equidade de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

O Ministério da Educação vem envidando efetivos esforços na ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração, considerando a universalização do acesso dessa etapa de ensino de oito anos de duração e, ainda, a necessidade de o Brasil aumentar a duração da escolaridade obrigatória. A taxa de alfabetização é importante para avaliar a situação educacional e as condições sociais do país. Segundo os resultados do Censo 2010, aproximadamente 91% da população brasileira com dez anos ou mais de idade são alfabetizados. Isto é, há um percentual de 9% de não alfabetizados, o que equivale a dizer que aproximadamente 18 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever. Em comparação aos resultados do IBGE, Censo de 2000 que mostraram que 81,7% das crianças de seis anos estão na escola, sendo que 38,9% frequentam a educação infantil, 13,6% pertencem às classes de alfabetização e 29,6% estão no ensino fundamental, à situação da alfabetização melhorou no país, pois a taxa de analfabetismo diminuiu de 12,8% para 9% em 2010. Mas, apesar dos avanços, o número de pessoas que não sabem ler e escrever ainda é grande em algumas regiões do Brasil. O Censo pesquisou também quantas pessoas estão na escola. No Brasil, os grupos mais novos frequentam mais a escola do que os grupos mais velhos. Um dos maiores avanços foi entre as crianças de 7 a 14 anos de idade: quase 97% das crianças dessa faixa etária estão na escola. *De 2000 para 2010, o percentual de jovens que não frequentavam escola na faixa de 7 a 14 anos de idade caiu de 5,5% para 3,1%. As maiores quedas ocorreram nas Regiões Norte (de 11,2% para 5,6%, que ainda é o maior percentual entre as regiões) e Nordeste (de 7,1% para 3,2%).*

Historicamente, o sistema educacional brasileiro foi pouco eficiente em sua capacidade de produzir aprovados e, conseqüentemente, concluintes na idade correta. No entanto, a tendência atual mostra aumento no número de alunos que conseguem ultrapassar os anos iniciais do ensino fundamental. Daí a queda na matrícula e a ampliação da demanda para os anos finais dessa etapa de ensino. Entretanto, para os anos finais, como a intensidade dessa dinâmica ainda não é a mesma observada nos anos iniciais, o aumento no número de concluintes do ensino fundamental se mostra discreto. Essa movimentação está levando a matrícula do ensino fundamental ao patamar equivalente ao da população na faixa etária de 6 a 14 anos, que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

(Pnad/2011), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), corresponde a 29.264.015 crianças. Atualmente, essa matrícula ainda é 1,5% superior à da população na faixa etária adequada a essa etapa de ensino. No entanto, é um percentual bem menor e muito melhor que os 20% observados no início dos anos 2000, considerando, naquela época, a população de 7 a 14 anos para um ensino fundamental de 8 séries.

O comportamento da matrícula no ensino fundamental regular, na ótica do sincronismo descrito acima, é um indicador positivo, desde que ocorra até o limite do tamanho da população de 6 a 14 anos e em consonância com o aumento da proporção de alunos na idade correta em cada série. Isso precisa acontecer sem prejuízo dos indicadores medidos pelas avaliações em larga escala, como preconiza o Ideb. Essa dinâmica precisa ser monitorada e acelerada para que haja ampliação da demanda para Visão geral dos principais resultados no ensino médio.

Outro aspecto relevante diz respeito à corte de entrada no ensino fundamental. Segundo os dados do IBGE, a população de 6 anos passou de 3,1 milhões em 2007 para aproximadamente 3,0 milhões em 2011. Mantendo-se essa tendência, não haverá pressão demográfica para o crescimento do ensino fundamental nos próximos anos.

A Lei no 9.394/1996 sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade, o que, por sua vez, tornou-se meta da educação nacional pela Lei no 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Finalmente, em 6 de fevereiro de 2006, a Lei no 11.274, institui o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade. Para que o ensino fundamental de nove anos seja assumido como direito público subjetivo e, portanto, objeto de recenseamento e de chamada escolar pública (LDB 9.394/1996, Art. 5º), é necessário, nesse momento de sua implantação, considerar a organização federativa e o regime de colaboração entre os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Deve-se observar, também, o que estabelece a Resolução CNE/CEB no 3/2005, de 3 de agosto de 2005, que fixa, como condição para a matrícula de crianças de seis anos de idade no ensino fundamental, que essas, obrigatoriamente, tenham seis anos completos ou a completar no início do ano letivo em curso. Tendo em vista essa realidade, Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional de Educação (CNE) já estão trabalhando para atender a essa nova exigência da educação básica. Uma importante conquista para esta



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

etapa da Educação Básica foi a ampliação do ensino fundamental de 8 para 9 anos de duração (Lei nº 11.274/96).

Desta forma, vale destacar do Art. 30 das *Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de Nove Anos*, os parágrafos:

§ 1º Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

§ 2º Considerando as características de desenvolvimento dos alunos, cabe aos professores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, a utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades (BRASIL, 2010).

Para materialização das ações, duas propostas pedagógicas foram implantadas e continuam sendo implementadas (*Proposta para Alfabetizar Letrando* e a *Alfabetização Matemática*), que contemplam plenamente as Diretrizes do Ciclo de Alfabetização. Resultado disso são as mudanças ocorridas nos processos de ensino e aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental, com a criação do ciclo de alfabetização, visando diminuir a reprovação nos três primeiros anos desta etapa de ensino. Porém é preciso, ainda, que haja, de forma criteriosa, com base em estudos, debates e entendimentos, a reorganização das propostas pedagógicas das secretarias de educação e dos projetos pedagógicos das escolas, de modo que assegurem o pleno desenvolvimento das crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo, tendo em vista alcançar os objetivos do ensino fundamental, sem restringir a aprendizagem das crianças de seis anos de idade à exclusividade da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, mas sim ampliando as possibilidades de aprendizagem.

Outro tema de extrema relevância nesse processo de ampliação da duração do ensino obrigatório é a questão da alfabetização nos anos/séries iniciais, por isso é necessário incentivar um debate sobre *Letramento e alfabetização: pensando a prática pedagógica*. Assim, é importante lembrar que deve ser objeto de estudo dos professores: a importância da relação das crianças com o mundo da escrita; a incoerência pedagógica da



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

exclusividade da alfabetização nesse primeiro ano/série do ensino fundamental em detrimento das demais áreas do conhecimento; a importância do investimento na formação de leitores, na criação de bibliotecas e salas de leitura; e a relevância do papel do professor como mediador de leitura.

Este é um momento adequado, também, para rever as concepções e práticas de alfabetização. É urgente garantir que os estudantes tenham direito de aprender a ler e a escrever de maneira contextualizada, assim como é essencial buscar assegurar a formação de estudantes que leem, escrevem, interpretam, compreendem e fazem uso social desses saberes e, por isso, têm maiores condições de atuar como cidadãos nos tempos e espaços além da escola.

A Política de Educação instituída no Estado da Bahia segue com regularidade a orientada pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria da Educação Básica - SEB/MEC. Destaca-se que através da Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, o MEC instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) que objetiva, conjuntamente com as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação, reafirmar e ampliar o compromisso previsto no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados por exame periódico específico.

Ressalta-se que, antes da Criação do Pnaic - em 28 de abril de 2011 - a Secretaria da Educação do Estado da Bahia estabelece por meio do Decreto nº 12792/11, o *Programa Estadual Todos pela Escola*, a ser implementado no âmbito do Ensino Fundamental do Sistema Estadual de Ensino, mediante cooperação entre o Estado e os Municípios baiano sendo um deles Retirolândia.

No supracitado decreto, ficou estabelecido, em seu Art. 2º, através da Diretriz I que as ações pedagógicas, em prol do processo de alfabetização, devem ser desenvolvidas de forma plena para que todas as crianças baianas (até os 8 – oito – anos de idade) tivessem domínio de competências leitoras e escritoras na área de Língua Portuguesa e Matemática. Desta forma, para materialização das ações, duas propostas pedagógicas foram implantadas e continuam sendo implementadas (*Proposta para Alfabetizar Letrando e a Alfabetização Matemática*), que contemplam plenamente as Diretrizes do Ciclo de Alfabetização. Uma das coisas mais importantes que uma criança vai aprender é como ler e

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QWV-JGFR245HBGCVMMW0UJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

escrever. Para alcançar esse objetivo, os professores se concentram no desenvolvimento da percepção dos alunos no processo de leitura. É importante que eles se concentrem no uso de técnicas de leitura em sala de aula, como a leitura em voz alta pelas crianças. O mais importante é incentivá-las a ler fora da classe, caso contrário, não vão avançar em seus objetivos literários.

Conquistado o acesso à **educação primária universal**, o principal problema do ensino fundamental é o baixo rendimento na aprendizagem de seus alunos. O Pacto foi concebido com o objetivo de enfrentar este desafio. Trata-se de um compromisso assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, no sentido de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. O programa prevê a formação continuada de professores alfabetizadores. Inclui, também, a oferta de materiais específicos para alfabetização, tais como livros didáticos, dicionários, jogos pedagógicos, obras de apoio pedagógico e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização.

Em 2013, para o ciclo de alfabetização em Língua Portuguesa, o Pacto contou com a adesão dos 27 estados e 5.420 municípios, para formação de aproximadamente 16 mil orientadores de estudos e de mais de 319 mil professores alfabetizadores. Em 2014 foi ofertado o ciclo de formação em Matemática e em 2015 será ofertado o Ciclo de formação em Ciências.

O município de Retiroândia fez adesão aos Programas Todos pela Escola e ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) a fim de assegurar o direito que todas as crianças tem de ser alfabetizada até aos 8 anos de idade, porém as crianças do campo não estão sendo contempladas totalmente pois o material didático ou seja as Propostas para Alfabetizar Letrando e a Alfabetização Matemática), não são específico para esse público. Na população do município não há crianças indígenas, crianças pertencentes à população itinerantes e quilombolas. No entanto existe a comunidade do Jitaí que passa por um processo de estudos e pesquisas desenvolvidas pela UEFS e MOC por sua população se em sua maioria afrodescendente.

A ação pedagógica não é isolada, devendo haver uma interação constante entre necessidades e possibilidades referentes ao processo de conhecimento pelos alunos,



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

contudo o sistema educacional para alfabetizar no município ainda não atende todas as demandas considerando todas as especificidades da educação inclusiva para alfabetização.

A busca de “excelência para todos” tem caminhado *pari passu* com políticas orientadas para obtenção de “resultados reconhecidos e mensuráveis”. Tendo chegado ao Brasil em final da década de 1980 (oitenta) do século XX, foram implementadas gradativamente. Desde então o País vem aperfeiçoando e ampliando seus sistemas de avaliação da educação básica (Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb)

Em 2005 o SAEB foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil. Com Periodicidade: a cada dois anos. Na edição de 2013, a partir da divulgação da portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC, passou a compor o SAEB. É importante destacar que em 2013 mais de 2,3 milhões de alunos participaram da primeira edição da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). A ANRESC (Prova Brasil) passou a avaliar de forma censitária as escolas que atendessem a critérios de quantidade mínima de estudantes na série avaliada, permitindo gerar resultados por escola.

O objetivo da avaliação é auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino. ANRESC/Prova Brasil – Avaliação censitária de alunos de rede pública de 5º e 9º anos do EF: Língua Portuguesa e Matemática. ANA – Avaliação censitária de alunos de rede pública do 3º ano do EF: Língua Portuguesa, Matemática e Escrita.

A Provinha Brasil consiste em avaliação diagnóstica das habilidades relativas à alfabetização e ao letramento inicial dos estudantes, mais especificamente do nível de proficiência em leitura, além das habilidades matemáticas dos estudantes que cursam o 2º ano do Ensino Fundamental. Os dados referentes a Provinha Brasil, do ano de 2013, revelaram que a proficiência média dos estudantes do município de Retiroândia foi de 425,7 com o desvio de padrão 78,5, ficando com o padrão de desempenho básico. Sinalizando, que 18,3 dos alunos estão no padrão inicial, 19,1 no intermediário, 45,8 no básico e 16,8 no avançado, com percentual de participação de 81,9%.



Mesmo que as avaliações externas tenham o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões, e as escolas a estabelecerem metas e implantação de ações pedagógicas que venham trazer melhorias a qualidade do ensino, o município ainda não desenvolve uma ação efetiva em seu processo de avaliação relacionada aos resultados das avaliações externas: Provinha Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e o Avalie Alfa.

Para a implementação do Ciclo de Alfabetização, é realizada a revisão dos espaços e tempo escolares, das propostas pedagógicas, bem como a utilização de jogos didáticos literários e livros didáticos de qualidade. No município ainda não há uma ação pedagógica implantada em prol da integração da Educação Infantil e o Ciclo de Alfabetização. Cada um desenvolve sua proposta dentro do seu espaço implantado em prol da integração da Educação Infantil e o Ciclo de Alfabetização. Também não procura estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem instrumentos de avaliação, monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. O município não tem projetos pedagógicos implantados com utilização de novas tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças.

No município não existe uma política instituída para o processo de formação inicial e continuada dos educandos no município, mas há divulgação na rede incentivando os profissionais de educação a se qualificarem. É necessário que proposta pedagógica garanta o aluno alfabetizado ao final do terceiro ano, mas na prática isso não está sendo efetivado. As escolas do município não selecionam, certificam e divulgam tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas. Há um longo caminho a trilhar em busca dessas tecnologias educacionais para a alfabetização.

2.3.3 Educação em Tempo Integral

Através das influências da Escola Nova e do Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932, deu-se início a um novo modelo de Educação no país, onde educadores



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

reivindicavam uma escola pública, igualitária e laica. Anísio Teixeira defendia uma escola com atividades ampliadas e voltadas a formação integral da personalidade e do caráter humano, bem como libertar o homem e prepara-lo para a cidadania (TEIXEIRA, 1971).

Dessa forma, é importante frisar que há décadas que educadores sonham com uma Educação em Tempo Integral a ser implantada e implementada no nosso país e que diante das adversidades que existem para que seja realmente de fato executado com todo o processo e apoio pedagógico que se requer, há grandes dificuldades para a implantação da Educação em Tempo Integral nos estados e municípios.

Reportando para o município de Retirolândia, discorre-se como aconteceu no nosso município: no ano de 2013 aconteceu o Programa Mais Educação, respaldado através da Portaria Ministerial n.º 17 de 2007 e pelo Decreto Presidencial 7083/2010, que integra ações do Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE.

Dessa forma, o Programa Mais Educação foi elaborado como implantado como uma estratégia do Governo Federal pra induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação em Tempo Integral.

Participaram do Programa Mais Educação as seguintes escolas municipais com quantidade de alunos, a saber:

Ano de 2013

Escola Adelidio Martins dos Santos, alunos: 126;

Escola Antonio Carlos Magalhães, alunos: 136;

Escola Municipal Valdeci Lobão, alunos: 90;

Ano de 2014:

Escola Municipal Tiradentes, alunos: 114;

Escola Daniel Ferreira de Santana, alunos: 145;

Escola Davi Lopes de Oliveira, alunos: 41;

Escola Luiz Eduardo Magalhães, alunos: 67.

Escola Evangelio Santiago, alunos: 46.

Escola Vítor Inácio da Cunha: 49

Essa estratégia “visa à promoção e ampliação de oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas,



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola em geral”. (PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO, PASSO A PASSO, 2011).

Para a construção do Plano Municipal de Educação, com base na Meta 6: Educação em Tempo Integral, o município de Retiroândia em cumprimento ao decênio de 2015 a 2025, houve alguns entraves por conta das dúvidas surgidas quanto à execução dessa Educação em Tempo Integral no nosso município acredita-se nas inúmeras dificuldades para a execução dessa política pública que deverá ser permanente.

Contudo, espera-se o município irá se empenhar para a efetivação da Educação em Tempo Integral de modo que, criará um comitê de Apoio à Educação em Tempo Integral na Secretaria Municipal de Educação, bem como incluir novas disciplinas no currículo escolar para atender a demanda desta temática.

Um dos fatores importantes para que aconteça a Educação em Tempo Integral no município de Retiroândia, é a promoção e formação dos professores que irão trabalhar com esse público, tendo em vista alcançar os objetivos propostos no referido Plano Municipal de Educação.

E para que a mesma se torne de fato real, é necessário disponibilizar transporte escolar para todos os estudantes com o objetivo de tornar essa “educação” prioridade. Para isso, a Secretaria Municipal de Educação deverá propor ações que garantam a atuação de profissionais de outras áreas para laborar junto aos profissionais da Educação em Tempo Integral como: Assistentes Sociais, Psicólogos e outros que venham assessorar no desenvolvimento da oferta da educação para esse público.

Outro ponto importante: a escolha das escolas que ofertarão a Educação em Tempo Integral, no qual torna-se necessário a realização de um diagnóstico para selecionar as escolas que tenham alunos apontados com dificuldade de aprendizagem ou de relacionamento, bem como índices de evasão ou repetência.

Ainda sobre a elegibilidade das escolas: que possuam estudantes que estão concluindo ou concluíram as séries finais da 1.^a fase do ensino fundamental, ou seja, 4.^o ou 5.^o ano, bem como os estudantes das séries finais da 2.^a fase do ensino fundamental que são: 8.^o ano e 9.^o ano, e ter um olhar sensível para visualizar os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QWV-JGFR245HBGCVMMW0UJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

As comunidades indígenas não fazem parte da nossa realidade, porém a comunidade de Jitaí está em fase de estudo para que seja reconhecida como Comunidade Quilombola, os moradores daquela localidade já se aceitam a sua descendência e por conta disso, entende-se ser pertinente que no Plano Municipal de Educação, seja incluso objetivos e metas para atender a Comunidade Quilombola. Vale salientar que o município não possui Escolas do Campo.

Retirolândia não assegura a Educação em Tempo Integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4 a 17 anos, tendo em vista a falta de profissionais especializados para trabalhar com esses estudantes.

É importante salientar que há um atendimento Educacional Especializado para os alunos do município, porém em tempo Integral. Entretanto, o município precisa se adequar para atender a esses estudantes, que deverão ser incluídos socialmente e para isso encontram respaldo legal nas leis: Lei 9.394 de 96, art.5.º, com redação dada pela Lei 12.796 de 4 de abril de 2013 no parágrafo 4.º Inciso III; Lei 13.005 de 25 de junho de 2014-PNE, com bases nessas leis é imprescindível que sejam garantidos os direitos dessas pessoas, pois são sujeitos de direitos e que sejam também promovidas atividades que venham estimular a inclusão das pessoas com deficiência no contexto escolar.

Então, para que ações de articulação de políticas de Educação com outras políticas aconteçam, é importante que sejam promovidos momentos de estudos e debates da Educação em Tempo Integral no município com outras Secretarias e que haja coesão entre elas.

A Secretaria Municipal de Educação de Retirolândia não oferta atividade de acompanhamento pedagógico e multidisciplinar, cultural e esportivo de forma que o tempo de permanência dos alunos da Educação Básica seja igual ou superior a sete horas durante todo o ano letivo.

Contudo, as ações que aconteceram no Programa Mais Educação nos anos anteriores não causaram tantos impactos qualitativos devido aos problemas com transporte, falta de oficinairos qualificados, alimentação insuficiente e ainda o espaço físico de algumas escolas não contribuíram para a execução das atividades. Por esta razão, o município ofertava atividades complementares às crianças e adolescentes.



Portanto, entendemos que o Governo Federal, necessita “ainda” investir na Educação em Tempo Integral, mesmo que seja através de Programas como o “Mais Educação” e que ofereça oportunidades para que os estudantes e os profissionais se sintam incentivados em estarem inclusos nesse processo educacional.

2.3.4 Qualidade da Educação Básica

A educação retirolandense precisa ser repensada para contribuir na melhoria da organização da nossa sociedade. Nessa perspectiva, torna-se necessário refletir algumas questões associadas ao planejamento da educação que são pertinentes à melhoria do processo educacional escolar.

A atual teoria que se apresenta nos registros de educadores de ponta em Retirolândia nos indicam a urgência de se repensar o papel da educação na escola e sua função de formadora de cidadãos.

Zagury (2006, 2007) registrou que para um melhor funcionamento da educação é necessário que as mudanças educacionais decorram de estudos de realidades que as tornem viáveis e contem com a adesão de quem as executa. Analisando essa ideia, percebemos que para melhorar a qualidade da educação no município é preciso repensar sua estrutura organizacional. Mas, a realidade educacional escolar atual tem revelado que isso não basta. É preciso, também, investir na qualidade do profissional para que este possa refletir e avaliar, constantemente, suas práticas de planejamento, metodologias e avaliação da aprendizagem, bem como, a variedade cultural que as tem fundamentado.

Mello (2006/2007) ressaltou que a formação de professores é parte dos problemas de qualidade da educação básica. Nesse sentido, há de se pensar que a educação básica, sendo considerada, a base do processo educacional do sujeito precisa ser planejada de maneira mais competente, tendo em vista, assegurar uma aprendizagem significativa e de qualidade no decorrer dos anos escolares seguintes.

Tais ideias refletem na necessidade de um eixo norteador mais efetivo e que estruture o funcionamento da dinâmica escolar para melhorar a qualidade da educação escolar em



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

Retiroândia. Diante disso, e pensando em outros desafios enfrentados pela escola achamos conveniente refletir sobre questões que poderiam servir de bússola para a melhoria da qualidade do ensino, tais como: formação, avaliação, visando a valorização, motivação, planejamento, família, infraestrutura, inclusão, meio ambiente, gestão democrática

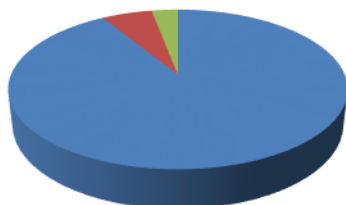
	2010: 27 ESCOLAS	2011: 24 ESCOLAS	2012: 24 ESCOLAS	2013 : 23 ESCOLAS
Matrículas em creches	321	299	362 estudantes	334 estudantes
Matrículas em pré-escolas	427	463	426 estudantes	283 estudantes
Matrículas anos iniciais	1285	1242	1.134 estudantes	907 estudantes
Matrículas anos finais	938	916	927 estudantes	873 estudantes
Matrículas ensino médio	547	531	546 estudantes	488 estudantes
Matrículas EJA	326	332	233 estudantes	285 estudantes
Matrículas educação especial	16	0	0 nenhum	0 nenhum

A partir dos dados coletados através do estudo da realidade da educação básica do nosso município percebe-se que houve muitos avanços, porém ainda insuficientes para que se alcancem metas dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para os anos Iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Começamos pela análise das séries iniciais. Observem-se os dados do gráfico:



Etapa Escolar: índices de Aprovação, Reprovação e Abandono dos educandos das séries iniciais da Rede Municipal



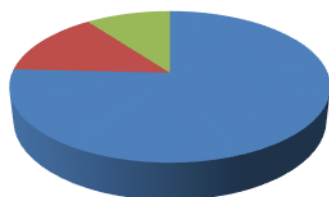
■ Aprovação - 91,3%
■ Reprovação - 5,7 %
■ Abandono - 3,0%

Observando estes dados, nota-se que o município apresenta um índice satisfatório com relação ao índice de Aprovação nas séries iniciais (1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano), quase a totalidade dos educandos – 91,3% dos. Apesar dos outros indicadores, Reprovação e Abandono apresentarem índices baixos com relação ao índice de Aprovação, não deixam de ser relevantes necessitando ainda um estudo de caso.

Estes dados refletem claramente também no resultado do Ideb das séries Iniciais. O município em 2009 (ano que apresenta o último resultado do Ideb) obteve índice de 4,0, quando a meta para ano de 2021 será de 4,6, ou seja, um índice próximo do que se pretende chegar mesmo em 2009. Desta forma, percebe-se que quando atingimos números elevados de aprovados com qualidade na educação os resultados são bem mais expressivos.

Mesmo tendo esse bom desempenho nas séries iniciais, os educandos quando chegam as séries finais (6º, 7º, 8º e 9º ano), os dados mostram uma outra realidade. Observe-se:

Etapa Escolar: índices de Aprovação, Reprovação e Abandono dos educandos das séries finais da Rede Municipal



■ Aprovação - 75,8%
■ Reprovação - 14%
■ Abandono - 10,2%

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>>.



A partir da análise dos dados coletados, observa-se que o índice de Aprovação das séries finais do Fundamental há uma relevante queda, saído de 91,3% para 75,8%, significa dizer que $\frac{1}{4}$ dos alunos matriculados abandonam a ou são reprovados no final do ano. Este resultado reflete de forma concreta no resultado do Ideb das séries finais, obtendo no ano de 2013, 3,9 quando a meta para o ano de 2021 é de 4,9.

Analisando as razões que levam a estes índices estão, dentre outras, a distorção idade-série, o não acompanhamento da família na educação dos seus filhos e, claro, e ineficiência da escola em promover alternativas para que estes educandos possam, mesmo com todas as dificuldades que enfrentam, conseguir êxito nos seus desempenhos escolares.

Dentre as disciplinas da grade curricular que compõe o currículo formal da rede municipal, Língua Portuguesa e Matemática são as que mais reprovam. Tornando-se as disciplinas que os estudantes têm mais dificuldades em compreender.

Nível de proficiência – Competência – Habilidade- Desempenho Prova Brasil

2007	2009	2011	2013
Língua Portuguesa 5º Ano	Língua Portuguesa 5º Ano	Língua Portuguesa 5º Ano	Língua Portuguesa 5º Ano
*	10%	*	19%
Matemática 5º Ano	Matemática 5º Ano	Matemática 5º Ano	Matemática 5º Ano
*	11%	*	15%
Língua Portuguesa 9º Ano	Língua Portuguesa 9º Ano	Língua Portuguesa 9º Ano	Língua Portuguesa 9º Ano
*	7%	7%	8%
Matemática 9º Ano	Matemática 9º Ano	Matemática 9º Ano	Matemática 9º Ano
*	1%	2%	4%

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>>.

Nível de proficiência – Escala de Aprendizado – 5º Ano – Língua Portuguesa -Leitura e Interpretação -

2009	2011	2013
1% - Avançado	3% - Avançado	1% - Avançado
8% - Proficiente	16% - Proficiente	14% - Proficiente
56% - Básico	37% - Básico	29% - Básico
35% - Insuficiente	44% - Insuficiente	56% - Insuficiente



119 Realizaram a Prova Brasil.	30 Realizaram a Prova Brasil.	70 Realizaram a Prova Brasil.	
Avançado Aprendizado além da expectativa. Recomenda-se para os alunos neste nível atividades desafiadoras.	Proficiente Os alunos neste nível encontram-se preparados para continuar os estudos. Recomenda-se atividades de aprofundamento.	Básico Os alunos neste nível precisam melhorar. Sugerem-se atividades de reforço.	Insuficiente Os alunos neste nível apresentaram pouquíssimo aprendizado. É necessário a recuperação de conteúdos.

Nível de proficiência – Escala de Aprendizado – 5º Ano – Matemática- Resolução de Problemas

2009	2011	2013
2% - Avançado	0% - Avançado	1% - Avançado
8% - Proficiente	10% - Proficiente	11% - Proficiente
42% - Básico	39% - Básico	32% - Básico
48% - Insuficiente	51% - Insuficiente	56% - Insuficiente
119 Realizaram a Prova Brasil.	30 Realizaram a Prova Brasil.	70 Realizaram a Prova Brasil.

Nível de proficiência – Escala de Aprendizado – 9º Ano – Língua portuguesa -Leitura e Interpretação

2009	2011	2013
0% - Avançado	0% - Avançado	1% - Avançado
7% - Proficiente	7% - Proficiente	7% - Proficiente
68% - Básico	56% - Básico	53% - Básico
25% - Insuficiente	37% - Insuficiente	39% - Insuficiente



118 Realizaram a Prova Brasil.

108 Realizaram a Prova Brasil.

138 Realizaram a Prova Brasil.

Nível de proficiência – Escala de Aprendizado – 9º Ano – Matemática -Resolução de Problemas

2009	2011	2013
0% - Avançado	0% - Avançado	0% - Avançado
1% - Proficiente	2% - Proficiente	3% - Proficiente
47% - Básico	48% - Básico	37% - Básico
52% - Insuficiente	50% - Insuficiente	60% - Insuficiente
118 Realizaram a Prova Brasil.	108 Realizaram a Prova Brasil.	138 Realizaram a Prova Brasil.

Para tentar sanar esta situação (elevados índices de reprovação e abandono e dificuldades nas disciplinas língua Portuguesa e Matemática) o sistema educacional municipal tem desenvolvido ações que atingem diretamente a ação do educador em sala de aula. Estar promovendo formação continuada para todos os professores da rede; organizando melhor o quadro de docentes adequando a formação dos mesmos com a disciplina que leciona bem como a modalidade de ensino (Fund I e II); adequação do Projeto Político Pedagógico – PPP à proposta curricular, com ênfase nas disciplinas críticas com projetos didáticos e de intervenção, na relação escola/família e professor/aluno; adesão aos programas PACTO, PNAIC, CAT e PNLD.

Para fazer uso das diretrizes pedagógicas para a Educação Básica, dos parâmetros curriculares nacionais comuns, com diretos e objetivos de aprendizagem para o desenvolvimento dos estudantes do Ensino Fundamental, o município lança mão da nucleação das escolas rurais, adéqua o currículo a realidade local com um currículo oculto voltado as necessidades da comunidade, busca por meio de parcerias com a Rede Estadual a realização de projetos com temas do cotidiano dos educandos. Em termos organizacionais



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

tenta regularizar, de forma ainda que insuficiente, os educandos em defasagem idade-série com oferecimento de modalidades de aceleração como a EJA e promoção observada.

Com relação aos temas que podem fazer parte do currículo oculto das escolas, ou seja, não formal, são trabalhados temas como a violência, a saúde, a preservação do meio ambiente, os valores e a indisciplina dentro e fora da escola, dentre outros. No entanto, esses temas ainda não são trabalhados de forma mais consistentes, com projetos, com ações de combate e controle, ou mesmo com a capacitação de professores para assumirem posturas diferentes em relação a esses problemas.

Percebe-se que ainda necessitamos de mais educadores com visão de participação coletiva, de incentivo a leitura, com postura crítica diante dos fatos, em sala de aula. Todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem precisam compreender que o acesso ao mundo da leitura por parte dos estudantes, deve acontecer através de professores preparados para tal, bibliotecários mais bem preparados, atuando realmente como mediadores da leitura.

Para esse fim, o município ainda investe na capacitação de professores na educação infantil, nos anos iniciais e nos anos finais, mas de forma muito carente. Ainda não há um enfoque maior com relação a essa questão – a de dá uma importância ainda maior na preparação de educadores e funcionários envolvidos e educação para o mundo da leitura, de forma que inspire e leve os alunos a se tornarem muito mais leitores.

Em se tratando do aspecto operacional o município assegura transporte gratuito para todos os estudantes da Educação do Campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória, isso porque é necessário e dever de todos. Ocorre a descentralização dos recursos financeiros oriundos do PDDE para todas as unidades escolares, com apoio técnico para a aplicação dos recursos, estes são aplicados com base no consentimento da gestão escolar com a participação dos gestores, professores, funcionários e conselho escolar. Todas as escolas demandam de água tratada, saneamento básico com fossas, energia elétrica. Com relação à acessibilidade a pessoa com deficiência, bibliotecas, espaços para prática de esportes, aos bens culturais e à arte apenas algumas escolas oferecem. Já para laboratórios de ciências ainda nenhuma unidade da rede oferece.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QWV-JGFR245HBGCVMMWNUJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br

**Tabela 19. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental 2005/2013**

Âmbito de Ensino	Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Finais do Ensino Fundamental					
	IDEB Observado					Metas	IDEB Observado					Metas
	2005	2007	2009	2011	2013		2005	2007	2009	2011	2013	
Brasil Total	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	6,0	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	5,5
Rede Estadual	3,9	4,3	4,9	5,1	5,4	6,1	3,3	3,6	3,8	3,9	4,0	5,3
Rede Estadual do seu Município	2,2	1,8	3,5	3,5	2,4	4,5	3,2	2,6	*	*	2,2	5,2
Rede Municipal do seu Município	2,4	3,1	4,0	*	4,1	4,6	2,9	3,2	3,3	2,9	3,2	4,9

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

Para aferir a qualidade de ensino oferecido aos estudantes da rede, a secretaria Municipal de Educação do Município ainda não realiza nenhum tipo de avaliação, toma-se como base o resultado do Ideb. Estes resultados que retratam o desempenho dos educandos oferecem às instituições de ensino, indicador necessário para se pensar ações que visem melhorar a aprendizagem e, por conseguinte, melhorar os resultados obtidos que, por enquanto, não se encontram satisfatórios. No entanto, não há ainda ações e medidas para monitorar e acompanhar os resultados do Ideb nas escolas por parte dos gestores educacionais e dos professores. Foram realizadas, apenas, fóruns com a comunidade e algumas escolas da rede com discussões e divulgação dos resultados, sem um acompanhamento proficiente para melhorar os números.

O município, hoje, dispõe de 23 escolas com Ensino Fundamental, sendo que apenas 1 (uma) é da rede estadual. Deste montante apenas quatro escolas são avaliadas pelo Ideb. Mesmo assim, o município não possui nenhum sistema de acompanhamento dos resultados das escolas e dos agentes, o que favorece a uma discussão sorrateira, sem o compromisso devido em estabelecer ações conjuntas entre os entes federados para a melhoria do Ideb. Ou mesmo acontece orientação às políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional.



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

No momento, o Plano de Ações Articuladas (PAR) está sendo formalizado e executado dando o cumprimento as metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica, com a formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar (primeiro momento na Jornada pedagógica de 2015), melhoramento dos recursos pedagógicos e da rede física com construção de quadras de esportes em algumas unidades que possuem espaços. Tem institucionalizado, em regime de colaboração, à aquisição de equipamentos junto ao Programa Nacional de reestruturação para as escolas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

Através da adequação salarial dos professores a partir do piso nacional, da melhoria das condições de trabalho (transportes, melhoramento de escolas, materiais pedagógicos, tecnológicos etc), o município vem valorizando e incentivando os educadores na busca da qualificação profissional. No entanto, ainda falta um acompanhamento mais efetivo destes profissionais para verificar se as melhorias concebidas estão surtindo o efeito desejado no aprendizado dos educandos. Apesar do município está efetuando exames periódicos para aferir a aprendizagem dos alunos, com base na Matriz Curricular, estes resultados não estão sendo acompanhados de modo devido por todas as unidades escolares. Não há um mecanismo de acompanhamento individualizado (apenas no AEE), que possa compreender a deficiência de cada aluno a partir dos seus resultados, levando as unidades escolares a um descompasso e desarranjo nas mudanças das propostas pedagógicas conjuntas.

O município ainda demanda de ações para que a organização curricular, as inovações pedagógicas contribuam para a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Há coordenadores pedagógicos que dão um suporte interessante, seja no acompanhamento, seja na construção coletiva dos planos metodológicos, mas falta ainda um planejamento em rede, para que as escolas tenham afinidade pedagógica, mesmos localizadas em realidades diferentes.

Para avaliar as escolas, a rede se utiliza dos resultados dos conselhos de classe que acontecem bimestralmente e são realizados por gestores, professores e o conselho escolar. Nesse momento, também, avalia-se o desempenho dos educandos e dos professores. Com relação à Educação Especial não há nenhum indicador específico de avaliação da qualidade de ensino, apenas são realizadas as reuniões de avaliação e de planejamento.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QWV-JGFR245HBGCVMMWNUJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

Em se tratando de aparatos tecnológicos que deem suporte técnico- metodológico e pedagógico aos educandos, o município ainda não dispõe de nenhuma tecnologia educacional própria. Mesmo assim, também não faz nenhuma divulgação das existentes na rede. As inovações pedagógicas a partir do uso das tecnologias acontecem de forma particular e individual. Para aqueles professores mais atualizados que fazem uso de softwares, os programas educacionais são ferramentas importantes no desenvolvimento de suas atividades, já para aqueles que desconhecem ou que usam de qualquer maneira não passam de objetos de enfeites.

Para fazer uso da rede com acesso à internet pelas escolas, o município mantinha uma parceria com o Programa Proinfo, ao mesmo tempo tem mobilizado ações de implantação do sistema de informatização para as escolas que ainda não dispõe do acesso, que tem a intenção de universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, desta proposta intenciona no município a necessidade de implantação do sistema de rede informatizando as informações entre os setores educacionais. No entanto, foram poucas escolas da rede municipal que receberam estes computadores e hoje já se encontram defasados por falta de manutenção e peça de reposição. O município não dispõe de recursos próprios para investir de forma efetiva com a inserção de computadores com banda larga para todas as escolas, se atendo apenas a manutenção de computadores e fornecimento de alguns tipos de aparelhos áudios-visuais. Falta também informatizar a gestão das escolas, nem todas estão informatizadas.

Analisando, a exploração dos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, nos currículos e ações educacionais, nos termos da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008, o município junto à coordenação pedagógica de ensino e os professores estabelecem projetos abrangendo aos diferentes componentes curriculares conteúdos e temáticas necessários a implementação e a seguridade nos currículos e ações educacionais. No entanto, os conteúdos são trabalhados em sala de aula de forma carente, necessitando do fortalecimento desta ação de maneira mais ampla para todo o município.

Quando se trata do desenvolvimento de currículos e propostas específicas para educação escolar do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, o município não apresenta nenhum currículo específico, pois não tem nenhuma comunidade indígena nem quilombola, mais tem a educação no campo. A educação no campo não se justifica, um



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

tipo diferente de escola, mas sim a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho seus saberes, sua cultura, seu jeito. Como afirma (CALDART, 2003)

É importante entendermos que uma escola do campo não é a sociedade. Porque não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que admitem e lutam por esta identidade e por um projeto de futuro...

Também pelos desafios da relação com o conjunto d que há, na realidade, é um acompanhamento das escolas do campo pelo Projeto CAT, o que não justifica a não formulação de um currículo voltado as especificidades do campo, abrangendo suas realidades, com materiais didáticos específicos.

Através da parceria com os setores como Assistência Social, Secretaria de Saúde, de Esporte-Cultura e o Ministério Público, a rede de educação do município articula os programas da área de educação com a experiência de educação popular e cidadã com os propósitos de que o ensino seja assumido com responsabilidade por todos os envolvidos, para que sejam implantadas as políticas públicas educacionais necessárias. Com estas parcerias são universalizados os atendimentos aos estudantes por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

Por meio da sensibilização das comunidades escolares e locais o município tenta estabelecer ações efetivas para a promoção, prevenção e atenção a saúde física, mental e emocional de todos. No entanto, ainda não há um plano ou um programa que abrace estas ações de maneira efetiva. Há programas isolados realizados pelos setores específicos, secretaria de saúde, de esporte etc, mas ainda falta um planejamento conjunto para estas ações sejam realizadas entre escolas, entidades e os setores públicos, ou mesmo como componente curricular.

Com relação a implementação de políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente o município não realiza, por considerar que não demanda de educandos com estas necessidades.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QW+JGFR245HBGCVMMW0UJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



2.3.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O programa de Educação de Jovens e Adultos passa por reestruturação em busca da melhoria em todo o âmbito municipal. Dessa forma, muitos jovens e adultos retirolandenses que não tiveram acesso à educação formal na idade certa ou por algum motivo interromperam seus estudos, ficam esperançosos para retomá-los ou continuarem a partir desta etapa.

A oferta de Educação de Jovens e Adultos no município está restrita às escolas estaduais oferecendo o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, na zona urbana, com oferta de vagas nos turnos vespertino e noturno. Porém, na rede municipal desde 2014, iniciou-se o processo de matrículas para a formação de novas turmas. No entanto, percebe-se a falta de estrutura quanto a oferta de transporte escolar para os alunos que estejam em localidades não atendidas pelo transporte escolar comum a todos, ou seja, só há transporte para a localidade onde haja uma quantidade de alunos que compense disponibilizar um veículo.

A ausência de programas suplementares para o atendimento dos alunos da EJA no que diz respeito à saúde, atendimento oftalmológico com fornecimento de óculos, com atenção, principalmente às necessidades dos idosos também caminha em passos lentos. Nesse âmbito, são oferecidas atividades realizadas pela Secretaria de Assistência Social através do CRAS, sem vínculo com a Educação de Jovens e Adultos.

O município não apresenta mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para que haja compatibilidade entre jornada de trabalho e a frequência à escola por parte dos jovens e adultos que necessitam trabalhar e estudar. Este é um fator que às vezes impede os jovens e adultos concluírem o Ensino Médio, interrompendo os estudos ainda no Ensino Fundamental.

Outra questão a ser observada é a falta de programas para o desenvolvimento de tecnologias para correção de fluxo e acompanhamento pedagógico individualizado para os alunos da EJA. O trabalho desenvolvido nas escolas estaduais utiliza os livros oferecidos pelo MEC e o Estado também não atende a essas demandas. O material trabalhado com os



alunos inclui atividades que atendem à lei que regulamenta o ensino de História e Cultura Afro-descendente e Indígena. Além disso, são realizados projetos que contemplam essas temáticas. No entanto, não há acompanhamento, intervenção e orientação pedagógica da SME. Não existem, também, exames para aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.

Retiroândia carece também de programas de capacitação tecnológica para jovens e adultos com baixos níveis de escolarização formal e estudantes com deficiência, bem como o incentivo à elaboração de projetos inovadores que visem ao desenvolvimento de ações e políticas públicas adequadas às necessidades específicas desses estudantes, através do apoio técnico e financeiro.

Diante dos estudos realizados, faz-se necessário um grande esforço por parte do poder público municipal para o atendimento da modalidade educacional em discussão, ampliando a oferta de vagas, pois o município já oferece a alfabetização através dos programas TOPA e BRASIL ALFABETIZADO, mas não garante satisfatoriamente a continuidade da escolarização com a oferta, na EJA, do Ensino Fundamental I, necessitando promover a busca ativa dos jovens fora da escola, disponibilizando transporte específico ou ajuda de custo para possibilitar o acesso a esta modalidade de ensino.

Outra demanda importante é a implantação da Educação Profissional, para que haja um melhor aproveitamento dos estudos, visto que a faixa etária em questão já está inserida no mundo do trabalho, normalmente sente-se desmotivada para a continuação dos estudos por diversas dificuldades e desafios que precisa enfrentar e pela falta de perspectiva, mediante a falta de oportunidade de adentrar o mercado de trabalho pela ausência de preparo profissional.

Acredita-se que após a análise dos serviços desenvolvidos e atendidos estes aspectos que se referem às condições básicas de funcionamento das escolas e das condições de oferta do ensino em pauta, bem como articuladas as ações e metas, ocorrerá a melhoria da qualidade da educação do município.

2.3.6 Educação Profissional de Nível Médio



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

A última década foi bastante favorável em alterações na legislação da educação brasileira, voltada para os diferentes níveis de ensino, principalmente o profissionalizante. Para isto, é necessário conhecer as propostas da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 que altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Mias especificamente, no que se refere aos art. 36 B e 36 C.

Art. 36-B A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I - articulada com o ensino médio e II- subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio e no Art. 36-C reza que: a educação profissional técnica de nível médio articulada, será desenvolvida de forma

I. integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II- concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer (BRASIL, 2008).

Tais alterações são reflexos de um mundo globalizado que exige além de um ensino que tem como função apenas mediar. É exatamente isso que está acontecendo com o ensino médio, em que o técnico se situa. No que diz respeito à sua concepção, estrutura e organização, tem sido ultimamente, um dos níveis de mais difícil enfrentamento, exatamente por conta da sua natureza de mediação entre o ensino fundamental e a formação profissional. Traz uma proposta pedagógica confusa, que nem sempre atende os fins de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental como a preparação para a cidadania e para o trabalho, não deixando evidente a sua identidade.

No município de Retiroândia, o Ensino Médio não é diferente. Os jovens concluem seus estudos básicos e não veem perspectivas de inserção no mundo do trabalho. Existe a oferta de Educação Profissional apenas para uma turma com trinta e cinco alunos no curso de Técnico em Informática ministrado no Colégio Estadual Olavo Alves Pinto como anexo do Centro Estadual de Educação Profissional do Semi-Árido, da cidade de São Domingos. No



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

que tange a infraestrutura para desenvolver a Educação Profissional no município, há espaço ocioso no turno noturno no CEOAP que inclusive tem como estrutura um espaço físico amplo, com laboratório de informática e vídeo, quadra poliesportiva, refeitório, biblioteca e dez salas de aula, mas não há autorização para funcionamento de turmas de Ensino Profissionalizante. Ainda assim, o município não fomenta a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio mesmo na modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita e nem há presença de cursos particulares de formação profissional em desenvolvimento no município, nem existe Centros de Educação Profissional da Rede Pública Estadual de Ensino, muito menos Institutos Federais (IF). A Educação Profissional é oferecida nos Centros Territoriais de Educação Profissional (Cetep) como foi citado acima no município de São Domingos que expandiu para cá um curso de Técnico em Informática.

O que se percebe é que há uma grande necessidade de o município oferecer e expandir o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional não apenas para a cidade, mas também para as populações do campo, às populações itinerantes, aos deficientes, de ampliar a oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade, de acordo com os seus interesses e necessidades. Tais ações incentivam a redução das desigualdades sociais, étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei e, dão aos nossos jovens a oportunidade de se inserirem no mundo do trabalho.

2.5 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A Sociedade sempre teve consciência da importância da educação para o processo do seu crescimento e desenvolvimento. A Constituição Federal, em seu art. 205, determina que a educação é dever do Estado, da família e também da sociedade: “A educação, direito



de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Apesar de a sociedade ter consciência da importância da educação para o processo do seu crescimento e desenvolvimento, faz-se necessário a adoção políticas educacionais mais concretas levando em consideração as peculiaridades locais e ou regionais.

A educação do Município de Retiroândia, nos últimos anos, vem melhorando em alguns aspectos, advindos de investimentos e programas do Governo Federal. Percebe-se a falta de iniciativas por parte do município.

No que se refere à qualificação dos profissionais da educação foram implantados alguns cursos de formação promovidos pela Secretaria Municipal da Educação e outros em parceria com o Governo Federal, todos visando o bom andamento do processo educacional como: **Plataforma Freire** (Programa do Governo Federal que tem como proposta a Formação de Professores em Exercício que funciona no município em parceria com a Secretaria Municipal de Educação); **Programa Mais Educação** (Programa instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral). As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica; **Progestão** (Programa de Formação de Gestores). Com relação a alguns programas destinados a formação e qualificação dos profissionais da educação, percebe-se que, o município vem priorizando servidores detentores de cargos comissionados em detrimento dos servidores efetivos, acarretando prejuízos para a gestão, visto que, sempre que muda de gestor, mudam os profissionais ocupantes de cargos comissionados, como exemplo temos o **Progestão**.

Tabela 23. Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

Etapas e Modalidades da Educação Básica	Funções Docentes ⁸					
	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Regular – Creche	10	10	00	14	00	34
Regular - Pré-Escola	07	07	02	06	00	22
Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	12	12	01	22	01	48
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental	40	01	00	30	00	71
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	00	00	00	00	00	00
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Semipresencial	00	00	00	00	00	00
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial	00	00	00	00	00	00

Fonte: Secretaria de Educação do Município.

No que se refere às iniciativas do município com a intenção de elevar o nível de qualificação de seus profissionais da educação, percebe-se que, tais iniciativas foram voltadas especificamente para os professores, por meio de convênios com faculdades particulares onde o município pagava uma parte das mensalidades para cursos de graduação para os professores.

Faz-se necessário a promoção de oportunidades para habilitar os profissionais sem formação de nível superior, assim como, assegurar o desenvolvimento de processos de formação continuada para todos os profissionais, por meio de cursos, seminários, palestras e acompanhamento pedagógico regular do trabalho dos profissionais nos seus locais de atuação.

Promover oportunidades de formação continuada para os professores, por meio de cursos de Pós-graduação e outros. Além da formação e qualificação dos professores, entendemos ser de fundamental importância a valorização e qualificação dos demais servidores da educação, como: auxiliares de secretaria, zeladoras, merendeiras e demais servidores que compõem o quadro da educação do município.



Tabela 24. Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2013

Profissionais do Magistério	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio			Total
	Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular	
Professores	00	50	10	16	137	31	29	00	10	283
Coordenadores	00	03	01	00	00	02	02	00	01	09

Fonte: Secretaria de Educação do Município.

Com relação aos coordenadores, o município vem descumprindo a Lei no que tange a forma de ingresso na função, tendo em vista que a lei estabelece que o ingresso terá que ser por meio de concurso público o que não vem sendo feito por parte do município, que por sua vez, vem fazendo nomeações como cargos comissionados, contrariando a própria lei municipal (Nº 066/97 de 02 de dezembro de 1997 com alteração feita pela Lei Complementar 02/2003 de 27 de março de 2003 em seu Anexo I)

Além dos professores, no processo educacional, há participação de técnicos e auxiliares que, juntamente com os docentes, fazem a educação acontecer. Desta forma, no planejamento da educação, os recursos humanos merecem uma atenção especial. A ação pedagógica não é uma atividade isolada, mas fruto de uma interação que envolve vários profissionais. Para que haja uma harmonia entre os diversos servidores da educação, é importante a valorização, não só dos professores, assim como os demais servidores que compõem o quadro da educação.

Tabela 25. Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013

Cargos	Nº	Nível da Escolaridade			
		Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo	Outros
Merendeira	28	19	06	03	00
Vigilante	00	00	00	00	00
Serviços Gerais	40	18	06	15	00
Secretário Escolar	04	00	00	02	00
Porteiro	08	02	02	04	00
Outros	00	00	00	00	00



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

A observação dos dados contidos na tabela 25 é de suma importância para que o município possa planejar ações de formação continuada e de valorização dos demais profissionais que compõem o quadro de apoio da educação, tendo em vista que, tais funções são também relevantes para o desenvolvimento do processo educacional e a garantia da qualidade dos serviços prestados.

Tabela 26. Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2013

Cargos	Nº Total	Situação Funcional					Tempo exercício o no cargo
		Servidor Público	Concursado CLT	Contrato Temporário	Terceirizado	Outro	
Merendeira	28	26	00	02	00	00	00
Vigilante	00	00	00	00	00	00	00
Serviços Gerais	87	70	00	17	00	00	00
Secretário Escolar	04	00	00	04	00	00	00
Porteiro	08	08	00	00	00	00	00
Outros	00	00	00	00	00	00	00

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

Conforme dados da Tabela 26, percebe-se que, o número de funcionários existente para as várias funções não são suficientes e que, muitos são contratados temporariamente de forma irregular contrariando a Constituição Federal.

É necessário urgentemente uma ação por parte do município, no sentido de regularizar a situação das zeladoras e merendeiras, que recebem remuneração inferior a um salário mínimo, situação esta, que além de contrariar a Constituição Federal que proíbe remuneração inferior a um salário mínimo, é considerada desumana, uma vez que viola os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

2.6 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

A gestão democrática do ensino público não é só uma vontade da comunidade local onde a unidade escolar está inserida, mas é, além disso, um preceito constitucional e um princípio pedagógico onde todos, de dentro e de fora da escola, devem dar sua parcela de contribuição de maneira que aconteça a qualidade do ensino, a existência e a permanência do aluno dentro da mesma, além do mais, gestão democrática implica necessariamente a desvinculação da ordem para que não haja imposição daqueles que mandam e de outros que apenas obedecem.

Se reportar a esta forma de gestão, é sugestivo dizer que na atualidade, é de suma importância a existência dos conselhos municipais de educação e os conselhos escolares em cada unidade escolar. Neste caso, o município de Retiroândia conta a composição de um conselho municipal de educação que atua de forma satisfatória dentro de suas realidades locais, assim, como conselhos escolares em todas as escolas de médio e grande porte.

Os conselhos, tanto o municipal, quanto os escolares são compostos de forma paritária onde são escolhidos dentre seus pares representantes da sociedade civil organizada o do poder público. Fazem parte desta composição: direção escolar, funcionários, professores e pais de alunos. No caso das escolas a partir do Ensino Fundamental II, existem representação dos alunos em razão da idade.

É importante salientar também, as atribuições dos mesmos. Cabem a eles a tarefa de propor, acompanhar e fiscalizar os gastos dos repasses de recursos destinados as unidades escolares e participar opinando a respeito do rendimento escolar e na construção de propostas pedagógicas.

O município de Retiroândia em parceria com outras instituições da sociedade civil tem estimulado o funcionamento dos conselhos, como um instrumento de participação e fiscalização na gestão educacional incentivando programas de formação de conselheiros, o que possibilitou recentemente duas formações deste nível, onde uma etapa de formação já foi concluída e a segunda e última está em fase de conclusão. Vale salientar ainda, que em gestões anteriores outras formações foram viabilizadas, tanto por incentivo do próprio

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QW+JGFR245HBGCVMMW0UJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

município quanto por meio de parcerias com outras entidades como o Movimento de Organização Comunitária – MOC com sede na cidade de Feira de Santana.

Um instrumento de suma importância para assegurar a representação dos alunos dentro de uma unidade escolar são os grêmios estudantis. Na rede municipal de Retiroândia e nas escolas da rede estadual e particular que atuam dentro da cidade, não existe a formação deste instrumento que é considerado um órgão representativo da classe estudantil, mas ainda é uma precariedade real. Esta deverá ser uma questão a ser discutida e amadurecida dentro do âmbito educacional retirolandense.

Em se tratando da participação e a consulta na formulação dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, dos currículos escolares, há uma demanda participativa muito ativa da sociedade civil em conjunto com os segmentos de dentro das escolas como as direções, professores, coordenadores e funcionários na elaboração dessas políticas que direcionam a educação em busca de uma melhor aprendizagem dos alunos. No entanto, uma questão ainda a ser melhorada, refere-se a elaboração das políticas de melhorias da valorização dos profissionais da educação e da elaboração dos regimentos escolares, que no nosso caso, ainda é um regimento unificado para todo o município, sem que leve em consideração as realidades de cada unidade escolar, apreciando ainda as demandas locais onde o estabelecimento está instalado.

Referente ao campo pedagógico, algumas definições são tomadas de forma individualizadas por partes das coordenações escolares, pois algumas ações definidas em reuniões dos mesmos são materiais propostos pela coordenação geral da Secretaria Municipal. Contudo, existe concordância em algumas propostas que são discutidas e definidas em conjunto com os professores para serem aplicadas nas atividades do dia a dia.

Na parte administrativa, há certa resistência por parte de algumas direções escolares que gostam de executar tarefas de forma individual, sem levar em consideração as propostas dos demais segmentos de dentro da escola ou dos grupos populares que se propõem a ajudar no melhor desempenho no campo administrativo e pedagógico.

Sobre a gestão financeira, existe democratização na definição dessas políticas, principalmente nos momentos de definição do que deve ser gasto com os recursos públicos da unidade escolar, porque essa prática já está enraizada no âmbito de cada escola, e a comunidade escolar e local conhecem a origem dos recursos e opinam e auxiliam a geri-los.



Outro fator, refere-se a definição de critérios para o provimento de cargos de direção escolar. Por se tratar da escolha de quem irá dirigir um estabelecimento de ensino e entendendo que, por vivermos numa sociedade democrática, o processo de escolha deveria se dá também de forma democrática e participativa, principalmente daqueles que formam a escola, contando também com aqueles que vivem em seu entorno. No município o processo se dar através de indicação política. Às vezes, nem sempre, o melhor é aquele que é leito democraticamente, ou aquele apontando pela gestão municipal. Depende da capacidade e qualidade de quem está disposto a dirigir o estabelecimento de ensino.

No caso de Retiroândia, alguns critérios para ser diretor (a), são obedecidos, como: Ser da rede Municipal de Ensino; não ir contra a vontade popular (da comunidade onde está a escola); ser uma liderança local; ter uma boa conduta no meio social.

Tabela 27. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	01	18	19	3	16	19	0	0	0
2011	0	15	15	3	14	17	0	0	0
2012	0	15	15	3	14	17	0	0	0
2013	0	14	14	3	14	17	0	0	0

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2007/2008/2009/2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

Tabela 28. Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Retiroândia, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica

Etapas da Educação Básica	Dependência administrativa					
	Estadual		Municipal		Particular	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Ed. Infantil – Creche	-	-	04	04		
Ed. Infantil – Pré-escola	-	-	14	13		
Ensino Fundamental Anos iniciais	02	01	16	16		
Ensino Fundamental Anos Finais	02	01	03	03		
Ensino Médio	01	01	-	-		



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

Total	05	03				
-------	----	----	--	--	--	--

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

Outra situação preocupante é o que diz respeito à queda do número de alunos e de unidades escolares no nosso município, isso sem contar com o baixo rendimento escolar que é uma situação que será apresentada mais adiante deste plano. No entanto, segue 03 (três) tabelas que demonstram a queda do número de escolas por etapa de ensino tanto da rede estadual como da rede municipal, na área rural e urbana, focando também, o número de estabelecimentos da educação básica no nosso município por dependência administrativa e etapas da educação.

Tabela 29. Identificação das escolas do município de Retiroândia das Redes: Estadual, Municipal e Privadas por etapas de ensino e modalidades da educação. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	-	-	-	02	-	02	01	-	01
2011	-	-	-	02	-	02	01	-	01
2012	-	-	-	02	-	02	01	-	01
2013	-	-	-	01	-	01	01	-	01

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2017,2008,2019,2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: 16 jan. 2014.



2.7 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

Esse item fundamenta as discussões e os debates acerca das políticas orçamentárias dos municípios. Aqui, os(os) secretários(as) devem ficar atentos(as) às leis, compreendendo as políticas educacionais e diretrizes da educação como um conjunto de intenções com as quais os poderes públicos respondem às necessidades específicas de cada município.

2.7.1 Investimento Público em Educação

A efetiva consolidação da educação requer especial atenção a gestão de recursos que devem ser eficaz, eficiente, relevante a fim de atender aos inúmeros desafios da gestão para uma educação de qualidade. A fixação de um plano de metas para educação exige definição de custos e identificação dos recursos atualmente disponíveis e de estratégias para sua ampliação. Os percentuais constitucionalmente vinculados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem constituir uma referência um ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais.

No setor público a Constituição Federal (C F) de 1988 e a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996 atribuíram a União, Estados, Distrito Federal e aos Municípios a responsabilidade pela administração do sistema educacional brasileiro, tendo como fundamento o regime de colaboração entre instâncias federadas. Cada instância do poder público tem como fundamento o regime de colaboração sendo responsável pelo seu sistema de ensino para manter e expandir, tendo gestão participativa bem como mecanismos e fontes de recursos para o seu funcionamento.

A CF/88 estabelece as bases legais que atualmente regulam o financiamento da educação. De acordo com o seu artigo 212, as principais fontes de recursos que asseguram o financiamento da educação e a manutenção e o desenvolvimento do ensino público provêm de dois tipos de tributos: dos impostos e da contribuição.



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (CF/88).

Esse dispositivo é conhecido historicamente pelo nome de vinculação e as despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino pela sigla de MDE. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, instituída em 1996 (BRASIL, 1996b), reafirmou esses fundamentos legais do financiamento no seu artigo 69 e acrescentou, em torno da vinculação, a expressão “ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas”. Foi a forma de tentar assegurar que os Estados e os Municípios, que estabeleceram percentuais superiores ao mínimo constitucional, não os deixassem de aplicar sob o argumento de já cumprirem a Constituição.

Além disso, a LDBEN também definiu nos artigos 70 e 71 no que poderiam e no que não poderiam, respectivamente, serem aplicadas as receitas da vinculação consideradas como MDE, apesar de ainda terem ficado abertos alguns ralos por onde escoam preciosos recursos públicos.

No cálculo final da vinculação, deve-se, ainda, levar em conta um mecanismo de transferência constitucional de receita de impostos entre os níveis de governo.

Os recursos financeiros para a educação no município de Retiroândia são geridos pelo Fundo Municipal de Educação criado por lei municipal, dando maior autonomia a gestão dos recursos da educação de forma detalhada e objetiva visando promover educação de qualidade a todas as modalidades de ensino da rede municipal sob sua responsabilidade, apresentando mecanismos de controle social dos gastos na gestão e manutenção para o desenvolvimento do ensino de nosso município, em parceria com o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da valorização dos profissionais de educação CACS FUNDEB. Onde são acompanhados através de reuniões ordinárias e extraordinárias conforme apresentação de documentos comprobatórios referentes a receita e despesa para análise e parecer dos demonstrativos contábeis informados pela Prefeitura Municipal outro sistema de controle é o SIOPE, Sistema de informação e Planejamento do Orçamento Público em Educação, informado anualmente ao Ministério da Educação ao poder legislativo, Tribunal de contas do município, e ao FNDE, Fundo Nacional

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QWV-JGFR245HBGCVMMW0UJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

de Desenvolvimento da Educação, todos os recursos de repasse direto, são prestado as contas aos conselhos CACS FUNDEB, PNAE através do SIGPC programa de acompanhamento de prestação de contas do Ministério da Educação onde o objetivo maior é levar ao conhecimento da sociedade quanto se investe em Educação Pública Municipal, fortalecendo mecanismos de controle social e contribuindo para a garantia da efetividade e eficácia dos investimentos públicos no setor educacional onde se permitiu planejamento e direcionamento das ações supletivas da união voltadas para a educação municipal em respeito ao comando do parágrafo 1º do Artigo 211 da Constituição Federal, monitorando a aplicação assegurando a transparência e a publicidade à gestão dos recursos públicos em consonância com o Plano Plurianual Municipal PPA e a Lei Orçamentária Anual LOA.

As despesas com educação no município de Retiroândia são redistribuídas dos recursos vinculados, subvinculados entre estado e municípios. A receita de aplicação dos recursos do FUNDEB, dos 60% utilizado para remuneração e contribuição do regime previdenciário dos profissionais de educação em efetivo exercício. Os recursos provindos do FUNDEB 40% e redistribuídos sana, formação continuada dos docentes, remuneração e contribuição do regime previdenciário dos profissionais de apoio da educação, construção, conservação de instalação e equipamentos necessários ao ensino, uso e manutenção de bens vinculados ao sistema de ensino, realização de atividades necessárias ao funcionamento do ensino, aquisição de material didático escolar, manutenção do transporte escolar, aquisição de combustível, locação de veículos para o transporte escolar da zona rural para os alunos atendidos pelo município; Os recursos vinculados PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, recurso utilizado para locação de veículos, reposição de peças, aquisição de combustível, QSE, custo salário educação, aquisição de utensílios, material didático, compra de equipamentos, transporte escolar PNAE, Programa Nacional de Alimentação escolar, recurso utilizado para aquisição de gêneros alimentícios para os alunos da rede municipal de ensino, atendendo a todas as modalidades de ensino. Plano de Ações Articuladas, objetivos e ações no município.

PDDE, Programa Dinheiro Direto nas Escolas, outros recursos vinculados de repasse direto para UEXs Unidades executoras das escolas municipais, como PDDE Programa Dinheiro Direto nas Escolas, PDE Interativo, PDDE qualidade, PDDE Mais Educação, PDDE acessibilidade, PDE Plano de Desenvolvimento da Escola, creditado através do Plano de



Desenvolvimento da Educação PDE, para escolas com IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, considerando abaixo da média nacional.

A aplicação obrigatória dos 25% desta receita é destinada a toda manutenção do ensino, no apoio ao esporte a cultura, a contratação de a mão de obra profissional, complementação de recursos para merenda escolar. Este mecanismo de informação se reveste de particular importância para a Educação do município, pois auxilia no planejamento das ações, fornecendo informações atualizadas sobre as receitas públicas e os correspondentes recursos vinculados à educação, assegurando a transparência da gestão educacional.

O recurso da educação previsto no Plano Plurianual subsidiará definições e a implementação de políticas públicas de fornecimento orientadas para a promoção de inclusão educacional, da igualdade de oportunidades, da equidade, da afetividade e da qualidade do ensino público.

Observa-se na tabela abaixo (tabela 35) que os recursos destinados a alimentação escolar do município teve uma aumento de 54% se for feito um comparativo com os anos de 2010 a 2013.

Tabela 30. Outras receitas com o setor educacional do município de Retirolândia, administradas pela Prefeitura. 2010/2013

Ano	Alimentação escolar	Transporte Escolar	Convênios	Outras Receitas	Total
2010	R\$ 159.540,00	R\$ 87.693,07		R\$ 520.021,20	R\$ 767.254,27
2011	R\$ 164.160,00	R\$ 185.710,59		R\$ 230.619,51	R\$ 580.490,10
2012	R\$ 196.188,00	R\$ 163.628,10		R\$ 1.646.779,72	R\$ 2.006.595,82
2013	R\$ 220.196,00	R\$ 208.845,16		R\$ 541.596,31	R\$ 970.637,47

Fonte: Secretaria Municipal da Educação / Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal.

Já as aplicações em educação feitas pelo Município de Retirolândia nos diferentes níveis de ensino tiveram um aumento significativo nos recursos do PNAE e PNATE tendo como aplicação de recursos vinculados conforme apresenta a tabela 30.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

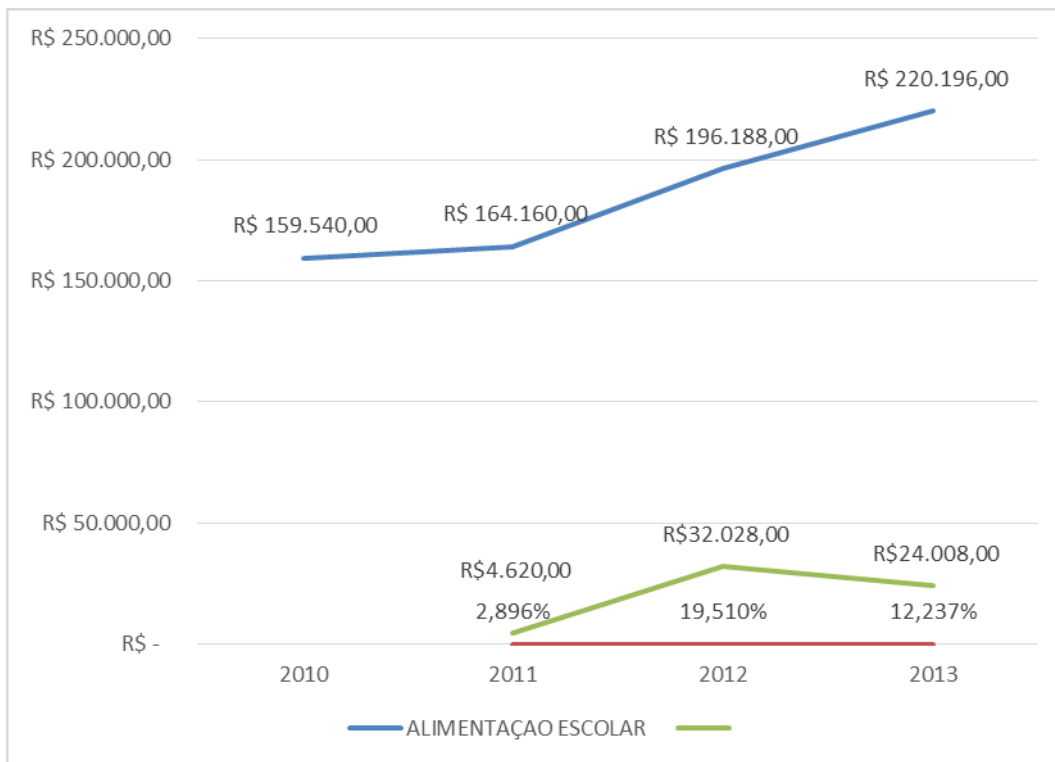
Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

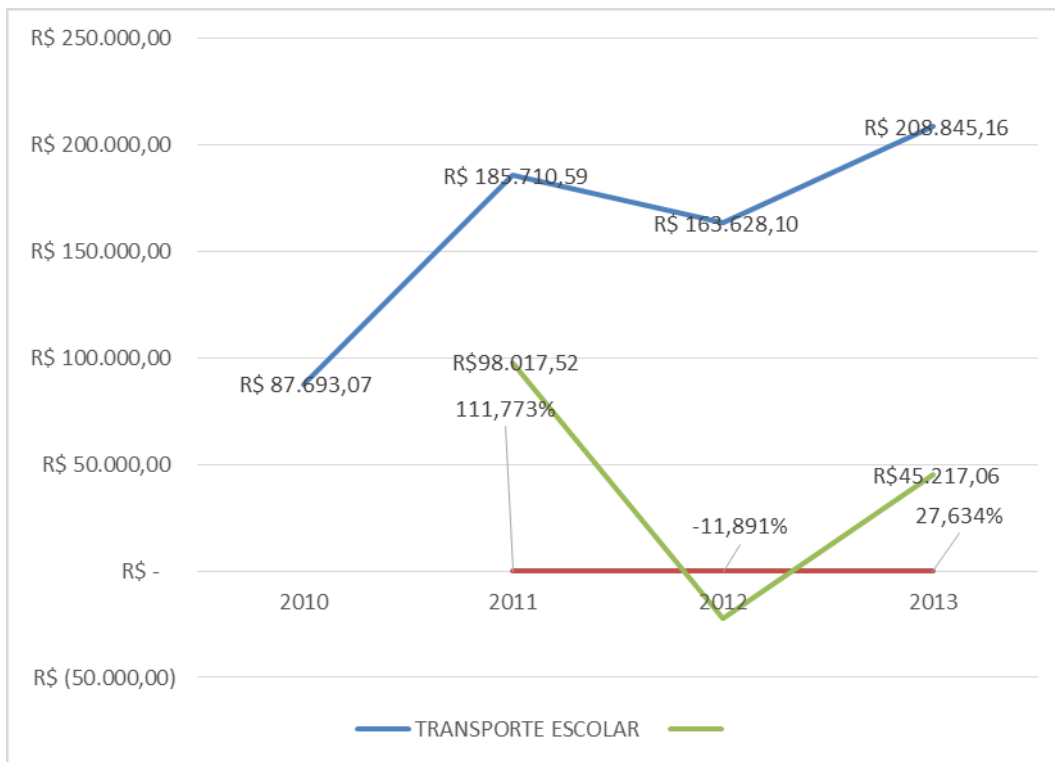
PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015



TRANSPORTE ESCOLAR:



CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QW+JGFR245HBGCVMMN0UJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

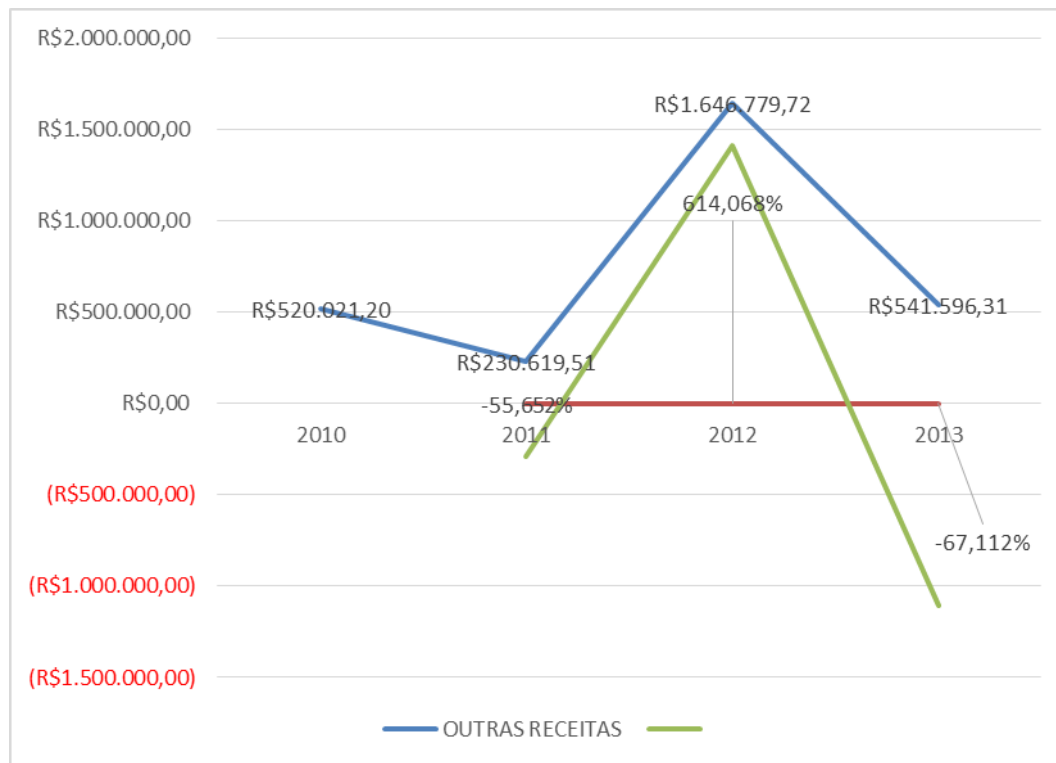
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

OUTRAS RECEITAS:



TOTAL DA TABELA 30

(receitas com o setor educacional do município de Retiroândia):



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

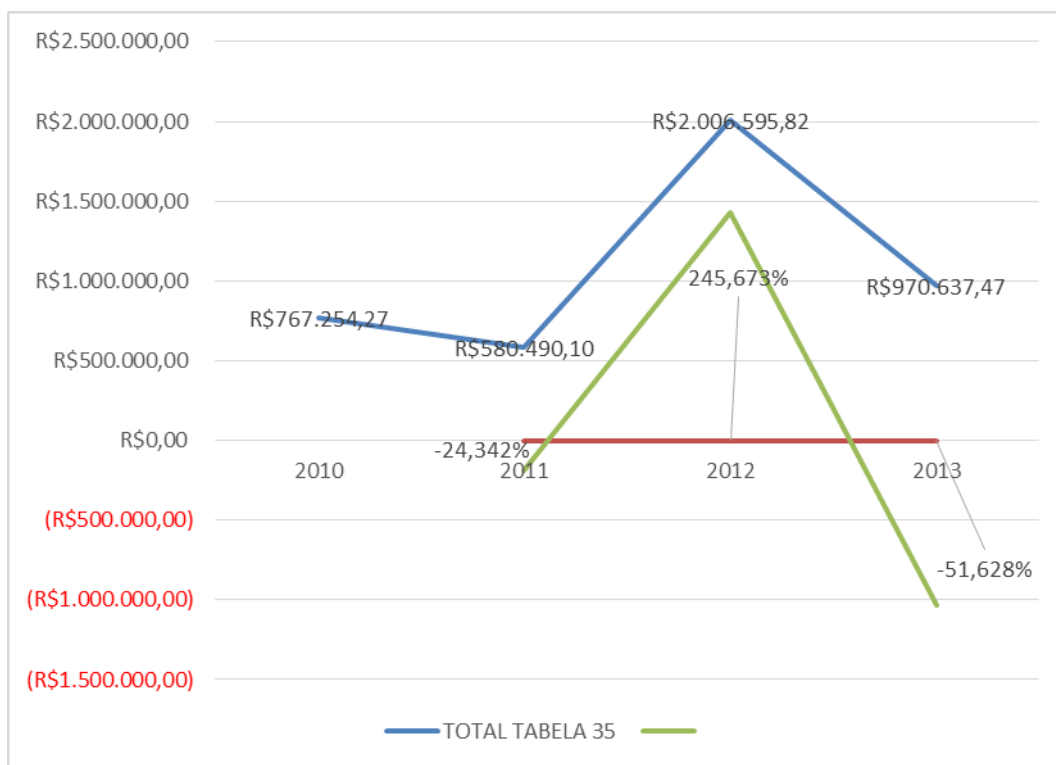


Tabela 31. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Retirolândia, por nível ou modalidade de ensino 2010/2013.

Ano	Ed. Infantil	Fundamental Ensino	Ensino Médio	EJA	Outros	Total
2010	R\$ 126.478,69	R\$ 4.029.604,88			R\$ 579.558,37	R\$ 4.735.641,94
2011	R\$ 1.165.764,63	R\$ 4.906.228,12			R\$ 436.309,12	R\$ 6.508.301,87
2012	R\$ 1.648.970,49	R\$ 4.401.962,50			R\$ 1.636.194,89	R\$ 7.687.127,88
2013	R\$ 1.150.000,00	R\$ 5.523.293,73			R\$ 550.613,97	R\$ 7.223.907,70

Fonte: Secretaria Municipal da Educação/ Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal

TOTAL DA TABELA 31

(Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Retirolândia):

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QW+JGFR245HBGCVMMWNUJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

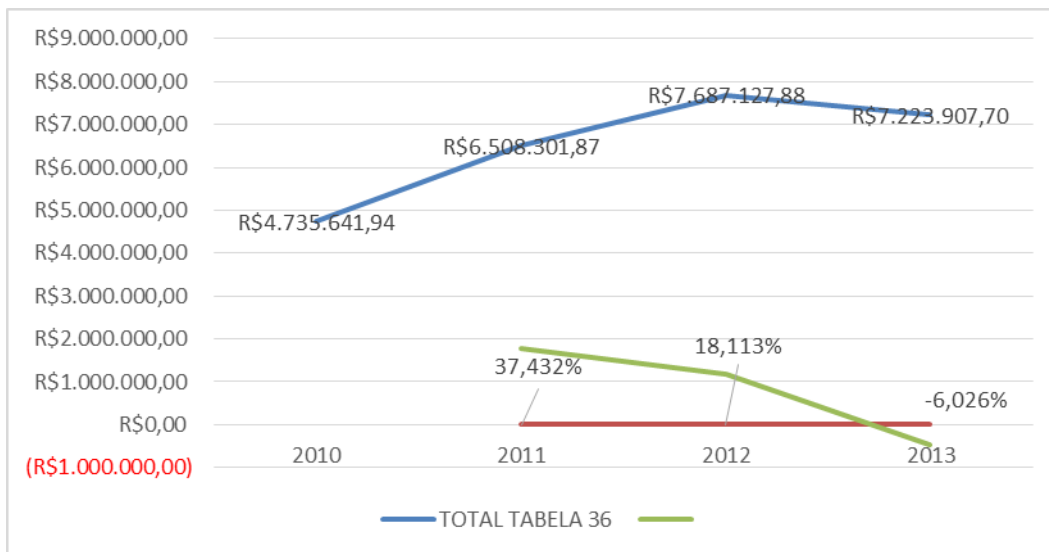


Tabela 32. Despesas com educação do município de Retirolândia por categoria e elemento de despesa. 2010/2013

Ano	Despesas correntes			Despesas de capital			Total
	Pessoal	Mat. Consumo	Sub-total	Obra e Instalações	Equipamentos	Sub-total	
2010	R\$ 3.961.855,61	R\$ 599.892,50	R\$ 4.561.748,11	R\$ 67.584,00	R\$ 74.586,20	R\$ 142.170,20	R\$ 4.703.918,31
2011	R\$ 4.402.061,79	R\$ 666.547,22	R\$ 5.068.609,01	R\$ 48.576,00	R\$ 54.265,00	R\$ 102.841,00	R\$ 5.171.450,01
2012	R\$ 4.891.179,77	R\$ 740.608,02	R\$ 5.631.787,79	R\$ 24.562,60	R\$ 34.562,00	R\$ 59.124,60	R\$ 5.690.912,39
2013	R\$ 5.434.644,19	R\$ 822.897,80	R\$ 6.257.541,99	R\$ 14.170,83	R\$ 50.110,85	R\$ 64.281,68	R\$ 6.321.823,67

Fonte: Secretaria Municipal da Educação/ Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal.

TOTAL DA TABELA 32:

(Despesas com educação do município de Retirolândia por categoria e elemento de despesa)

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QW+JGFR245HBGCVMMWNUJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br

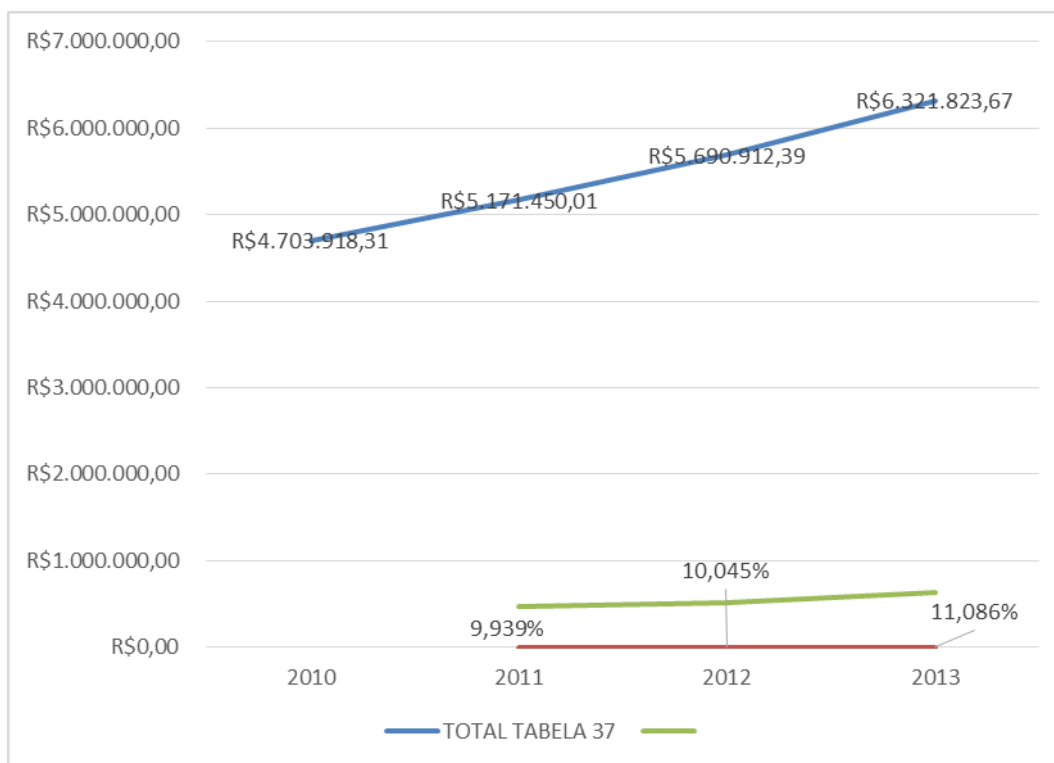


Tabela 33. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Retirolândia em 2010/2013.

Ano	Total recebido	Aplicação		
		Salário dos professores	Capacitação dos leigos	Gastos com MDE
2010	R\$ 2.550.400,50	R\$ 2.318.373,36		R\$ 2.101.111,85
2011	R\$ 3.161.899,21	R\$ 2.887.217,19		R\$ 3.152.374,99
2012	R\$ 3.707.087,82	R\$ 3.408.203,25		R\$ 2.657.061,17
2013	R\$ 3.861.213,84	R\$ 3.533.422,80		R\$ 3.376.579,12

Fonte: Secretaria da Administração e ou Fazenda do Município.

Tabela 34. Aplicação no Ensino Fundamental (Em R\$)

ANO	Dos recursos		Da aplicação	
	Receita de imposto e transferências	25% da receita de impostos e transferências	Total aplicado em educação	% aplicado
2010	R\$ 7.960.082,88	R\$ 1.990.020,72	R\$ 2.101.111,85	25,96%
2011	R\$ 9.928.367,02	R\$ 2.482.091,76	R\$ 3.152.374,99	31,75%
2012	R\$ 10.557.754,74	R\$ 2.639.438,69	R\$ 2.657.061,17	25,16%
2013	R\$ 11.445.335,40	R\$ 2.861.333,85	R\$ 3.376.579,12	29,50%

Fonte: Secretaria da Administração e ou Fazenda do Município.



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

Podemos observa nas tabelas 32, 33 e 34, que o município investiu de forma crescente em material de consumo, em obras e instalações, equipamentos e em profissionais da área de educação e no salário do professor evidenciando-se que há uma preocupação com a qualidade de educação, demonstrando que a administração pública e feita de maneira clara e transparente seguindo o principio da democracia, respeitando todos os cidadãos e o gasto com o recursos da educação.

Estudos diagnósticos apresentados, subsidiarão as ações do PME servindo de parâmetros para formulação das metas do plano ao longo do dez anos, de acordo com as possibilidades orçamentárias do município com o fortalecimento de mecanismos que asseguram a transparência e o controle social para a garantia de uma educação de qualidade a todos.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QW+JGFR245HBGCVMMWNOUJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



3. DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

3.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

Como peça formal de planejamento da educação, o Plano Municipal de Educação, traça seu caminho para o desenvolvimento das políticas de educação municipal, que transformam as escolhas em procedimentos e indicações para os gestores públicos que assumirão a responsabilidade pela execução desta política pública. As diretrizes constituem as orientações, definições normativas, para seguir o caminho definido pelas políticas de educação.

São diretrizes do Plano Municipal de Educação, conforme estudo dos marcos legais da Educação e do PNE:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade do ensino;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação; e
- X - promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.



METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 01. universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Estratégias:

1.1 empenhar-se no atendimento de educação infantil das populações do campo e das comunidades quilombolas, em regime de colaboração nos respectivos espaços de vida, redimensionando quando for o caso a distribuição territorial da oferta e configurando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças de modo atender às especificidades dessas comunidades;

1.2 intensificar de modo integrativo com a União, o Estado, a partir do primeiro ano de vigência do PME, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, em áreas rurais e urbanas, bem como a aquisição de equipamentos e mobiliários, respeitando as normas de acessibilidade e melhoria da qualidade da rede física de ensino;

1.3 promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, do campo e da cidade, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.4 manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

1.5 implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.6 promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.7 estimular a articulação entre graduação e pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

1.8 estimular em regime de colaboração entre a União, o Estado, até o fim do primeiro ano de vigência do PME, a oferta, com qualidade, de vagas para a creche e pré-escola na rede municipal de Educação Infantil, conforme os Parâmetros Nacionais de Qualidade e as especificidades do município;

1.9 estimular a criação e/ou ampliação de áreas verdes nas instituições de Educação Infantil de Educação, em regime de colaboração entre a União, Estado e Municípios, bem como a garantia de espaços adequados para jogos, brincadeiras e outras experiências da cultura lúdica infantil, ampliando as relações da infância com a cultura, o meio ambiente e a educação;

1.10 implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QW+JGFR245HBGCVMMW0UJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

1.11 fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.12 instituir que até o fim do terceiro ano de vigência deste PME, as instituições que ofertam a Educação Infantil no município tenham formulado sua Proposta Pedagógica e Curricular, com a participação dos profissionais de educação e da comunidade escolar, observando as orientações e a legislação educacional em vigor para o atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade;

1.13 garantir o acesso à educação infantil aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e mudas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.14 formatar procedimentos para ampliação do quadro efetivo de professores e coordenadores pedagógicos por meio de concurso público para a Educação Infantil;

1.15 garantir que a docência na Educação Infantil seja exercida por um professor habilitado, conforme a legislação educacional em vigor;

1.16 fomentar a criação e ampliação do acervo literário, de brinquedos, de jogos, de instrumentos musicais/sonoros, de tecnologias educacionais, de materiais e objetos educativos nas escolas de Educação infantil, para garantir à criança o acesso a processos



de construção, articulação e ampliação de conhecimentos e aprendizagens de/em diferentes linguagens.

META 02. universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Estratégias:

2.1 elaborar proposta de melhoria no processo de ensino e aprendizagem para que possa ampliar o desenvolvimento dos alunos do Ensino Fundamental;

2.2 criar mecanismos para o acompanhamento individualizado (reforço escolar) dos (as) alunos (as) do Ensino Fundamental;

2.3 fortalecer o acompanhamento, monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;

2.4 trabalhar as situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.5 promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.6 incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

2.7 estimular a oferta do ensino fundamental nos anos finais para a população do campo;

2.8 garantir a oferta da modalidade de Educação do campo e quilombolas no Ensino Fundamental nos anos finais;

2.9 introduzir os recursos tecnológicos de forma ressignificada na prática pedagógica de maneira articulada visando a qualidade do ensino diante de um mundo cada vez mais moderno;

2.10 ampliar e aprimorar as salas e/ou laboratórios de informática das escolas do Ensino Fundamental;

2.9 garantir e promover nas escolas rurais e urbanas, movimentos e atividades culturais e esportivas despertando o lúdico e o social na comunidade, valorizando a cultura local;

META 03. universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

3.1 acompanhar programa estadual de renovação do ensino médio em articulação com o programa nacional, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem de maneira flexível e diversificada os conteúdos obrigatórios e eletivos, integrados às dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a produção de sequências didáticas correlatas às dimensões, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores de modo acordado com instituições acadêmicas, esportivas e culturais, o exercício de atividades de



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

experimentação em ciências da natureza, considerando as experiências desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo;

3.2 fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens da faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.3 fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades quilombolas e das pessoas com deficiência;

3.4 garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.5 estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.6 promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.7 acompanhar a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados,



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;

3.8 estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

3.9 articular diálogo constante da rede municipal com a rede estadual de ensino, com vistas ao incentivo a matrícula dos estudantes retirolandenses no município, bem como levantamento de demandas para incentivo a educação técnica de nível médio.

META 04. universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1 Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias,



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

profissionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.2 desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades educativas para o ambiente escolar inclusivo, respeitadas a natureza das escolas urbanas, do campo e do ethos cultural das comunidades, quilombolas e dos povos itinerantes;

4.3 promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 2 (dois) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

4.4 implantar, ao longo deste PME em parceria com o governo estadual e federal, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, e de comunidades quilombolas;

4.5 garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública e privada de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.6 ampliar centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia e tecnologia assistiva, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

4.7 manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, privadas e entidades filantrópicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.8 garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 2 (dois) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do que dispõe o Decreto Nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.9 fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, conselho tutelar, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10 fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade, autonomia e independência funcional dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

4.11 promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.12 promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.13 apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.14 definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas, privadas e entidades filantrópicas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.15 promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;



4.16 desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, com o aval do Conselho Municipal de Educação.

META 05. alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental;

Estratégias:

5.1 estruturar o processo pedagógico no ciclo de alfabetização do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação, valorização, acompanhamento e apoio pedagógico específico aos alfabetizadores, a fim de garantir alfabetização plena a todas as crianças; até o final do 3º ano do ensino fundamental;

5.2 assegurar a alfabetização de crianças do 1º ao 3º ano do ensino fundamental que reside e estudam nas escolas situadas no campo, como também as crianças de populações itinerantes e quilombolas considerando sua identidade cultural;

5.3 instituir instrumentos de avaliação da rede municipal periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, incluindo a educação infantil, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todas as crianças até, no máximo o final do 3º ano do ensino fundamental;

5.4 estimular a formação continuada de professores (as) para alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, inclusive estimulando a pós-graduação e ação de docentes;



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

5.5 apoiar a alfabetização das pessoas com deficiências, considerando sua especificidade, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.6 fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.7 selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.8 instituir protocolo de colaboração entre os sistemas públicos de educação em parceria com os movimentos sociais da educação do campo, com fito de ampliar e consolidar os processos de alfabetização do campo;

5.9 incluir no funcionamento das escolas municipais a análise dos instrumentos de avaliação nacional da alfabetização das crianças, a serem objetos de discussão nos trabalhos pedagógicos a fim de adequar a metodologia dos instrumentos de avaliação interna as externas;

5.10 adotar um plano de gestão diferenciado, centrado na erradicação do analfabetismo, na diminuição da evasão escolar, na valorização do professor e na meritocracia. Criando indicadores próprios do município para acompanhar a alfabetização das crianças até 8 anos de idade, com efeitos positivos na aprendizagem.



META 06. oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Estratégias:

6.1 promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação do quadro de professores de acordo com suas habilidades no que se refere a área específica de atuação do profissional;

6.2 assegurar a criação da coordenação da Educação em Tempo Integral;

6.3 fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

6.4 promover nas escolas projetos de enriquecimento curricular de formação dos estudantes nas áreas de ciência, arte, música, cultura, esporte e cultura corporal, com vistas ao desenvolvimento integral, convivência, trabalho coletivo e promoção do bem estar psicossocial com os profissionais da área de Serviço Social e Psicologia;

6.5 atender as escolas do campo e de comunidades quilombolas com currículo contextualizado de modo que venha contribuir na formação destas pessoas, bem como a preservação e valorização da sua história;

6.6 garantir o transporte escolar para todos os alunos participarem da Educação em Tempo Integral;



6.7 promover a formação inicial e continuada de professores para a Educação em Tempo Integral;

6.8 adotar medidas que garantam a frequência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social;

6.9 garantir a qualidade da infraestrutura dos espaços escolares para uma melhor oferta da Educação em Tempo Integral;

6.10 garantir a Educação em Tempo Integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 a 17 anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertados em salas de recursos multifuncionais da própria escola.

META 07. fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o Ideb:

Estratégias:

7.1 consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa em parceria com a União e o Estado para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

7.2 assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3 constituir, em colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal, um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.4 introduzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5 formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6 associar a prestação de assistência técnica financeira aos sistemas de ensino – em todas as instâncias do regime de colaboração – à fixação de metas intermediárias, nos



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de abaixo ensino com Ideb da média nacional;

7.7 orientar as políticas das redes, dos sistemas de ensino e das unidades de ensino a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices das dependências administrativas;

7.8 incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.9 universalizar, até o último ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.10 apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.11 assegurar a todas as escolas da rede de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

7.12 prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas da rede da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.13 garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.14 implementar políticas de inclusão e permanência na escola para crianças, adolescentes e jovens, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

7.15 garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.16 desenvolver currículos e propostas pedagógicas para educação escolar que atenda as escolas do campo e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

7.17 mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.18 promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.19 estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;

7.20 estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional do (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.21 promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

7.22 promover a articulação dos programas da área da educação, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.23 universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;



Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e da cidade.

Estratégias:

8.1 incentivar a institucionalização de programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2 implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3 promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e buscar parcerias com o Estado e a União, para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;

8.4 promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

8.5 incentivar a inserção dos alfabetizados egressos dos programas de alfabetização de jovens (Brasil alfabetizado), adultos e idosos a continuarem seus estudos nas turmas regulares da educação de jovens e adultos;



Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais, em 12,7% (doze inteiros e sete décimos por cento) até 2016 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 20% (vinte por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias

9.1 assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2 realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3 implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4 realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.5 executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.6 implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal;

9.7 considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vista à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas



de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiências dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;

9.8 promover a integração da EJA com políticas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura e lazer entre outros, na perspectiva da formação integral dos cidadãos;

9.9 proceder o levantamento de dados sobre a demanda por EJA , na cidade e no campo, para subsidiar a formulação da política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica, ampliando o acompanhamento, avaliação e fiscalização dos recursos destinados para este fim;

9.10 selecionar os profissionais dos programas de Alfabetização e da EJA e demais profissionais com habilidades na área, identificado pelo melhor trabalho, maior comprometimento e afinidade com a clientela.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias

10.1 incentivar a implementação da educação de jovens e adultos no ensino médio, na forma integrada à educação profissional;

10.2 ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.3 buscar parcerias para implantar programa de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que



atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.4 estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

10.5 apoiar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.6 institucionalizar programa de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

META 11. implementar até o 3º ano de vigência deste Plano a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade presencial e de Educação a Distância, assegurando a democratização do acesso à Educação Profissional pública e gratuita.

Estratégias:

11.1 expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede estadual e privada de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

11.2 expandir o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações itinerantes, aos deficientes, do campo e para as comunidades quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades, reduzindo as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.3 fomentar a implantação da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino e privada;

11.4 incentivar a realização de cursos de formação profissional;

11.5 ofertar programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico;

11.6 institucionalizar o sistema de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio das redes escolares públicas e privadas;

11.7 expandir estágio para estudante da Educação Profissional técnica de nível médio, e que preserve o caráter pedagógico, integrando ao itinerário formativo do estudante, o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, a contextualização curricular e o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho;

META 12. elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no seguimento público.

Estratégias:



12.1 incentivar à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação tendo em vista o enriquecimento da formação do ensino superior;

12.2 apoiar os estudantes concluintes do ensino médio ao ingresso ao ensino superior;

12.3 buscar parcerias junto aos municípios do território para manifestar força política para melhoria da infraestrutura e recursos humanos das instituições públicas do ensino superior;

12.4 realizar parcerias e convênios com universidades públicas com vistas a incentivar e garantir o estágio remunerado de estudantes de graduação, conforme a Lei 11.788, 25 setembro 2008;

META 13. elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Estratégias:

13.1 discutir com as redes e institutos de ensino superior uma política de formação inicial e continuada para os profissionais de ensino superior.

META 14. elevar gradualmente o numero de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Estratégias:

14.1 propor a implementação de cursos de pós-graduação e mestrado nos pólos das universidades públicas da região;



14.2 desburocratizar a comunicação local e regional para divulgação dos cursos de pós-graduação;

14.3 incentivar aos estudantes na continuidade dos estudos ingressando nos cursos de pós-graduação para qualificação e titulação de professores e demais profissionais do município;

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

15.1 promover em parceria com universidades públicas e ONGs, cursos de capacitação para os profissionais da educação;

15.2 firmar convênio com instituições não governamentais e faculdades particulares para promover cursos de qualificação e capacitação dos servidores da educação;

15.3 implementar programas específicos para formação inicial e continuada, inclusive em nível de pós-graduação, de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades e quilombolas e para a educação especial;

15.4 assegurar a formação inicial de todos os profissionais da educação em todas as áreas e modalidades de ensino.



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

16.1 ampliar a oferta de cursos de pós-graduação para a formação de professores de Libras, português escrito para surdos, professores alfabetizadores em língua portuguesa como segunda língua para surdos, professores alfabetizadores, para atendimento educacional especializado e todas as modalidades da educação básica;

16.2 consolidar política de incentivo para a qualificação dos profissionais da educação básica em cursos de pós-graduação.

Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Estratégias:

17.1 Garantir o enquadramento dos professores de 20h para 40h, conforme critérios estabelecidos por lei.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

Estratégias:

18.1 discutir juntamente com o Sindicato e os servidores públicos efetivos a regularização da situação que recebem remuneração inferior a um salário mínimo;

18.2 constituir um grupo de trabalho para reelaborar o Plano de Carreira e Estatuto do Magistério, em caráter de urgência;

18.3 reelaborar e aprovar de acordo com as determinações da Lei 11.738/2008, o Plano de Carreira e Estatuto do Magistério;

18.4 prever, nos planos de carreira dos profissionais da educação do município, licenças remuneradas e incentivas para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

META 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

19.1 priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos gestores escolares, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

19.2 ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos municipais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retiroândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3 incentivar o município a constituir Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais e organizar as escolhas de delegados para as conferências regionais, estadual e nacional, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME;

19.4 estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.5 estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.6 favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.7 incentivar programas de formação de gestores escolares, bem como aplicar avaliações municipais específicas, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

META 20. garantir em regime de colaboração entre união e estado a ampliação de investimento público municipal em educação para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica da rede municipal de educação.

Estratégias:



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

20.1 assegurar recursos para implantação do Plano Municipal de Educação;

20.2 acompanhar o orçamento municipal de modo a cumprir vinculações e sub vinculados constitucionais para garantir padrões mínimos de qualidade do ensino;

20.3 complementação com Lei municipal garantindo a destinação exclusiva dos recursos oriundos do petróleo e pré-sal para educação da rede municipal de ensino;

20.4 potencializar a utilização dos recursos repassados às unidades escolares com qualificação dos envolvidos em gestão da receita;

20.5 elaborar proposta orçamentária anual da secretaria municipal de educação;

20.6 realização de estudos e acompanhamento da implantação do CAQ (custo aluno qualidade) investimento e custo por aluno, das diversas modalidades de ensino creche, educação infantil, ensino fundamental, eja e educação especial. Com o Conselho Municipal de Educação, CACS Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar, funcionários da secretaria de educação para implantação do CAQ até o prazo de três anos da vigência deste PME;

20.7 construir novas escolas de educação infantil e ensino fundamental que atendam a demanda comprovada a partir de estudos da realidade do município em parceria com o ministério da educação;

20.8 garantir padrões adequados de infraestrutura dos prédios escolares com espaço adequado e acessibilidade;

20.9 garantir padrões adequados ao transporte de alunos da rede municipal de ensino em parceria com o ministério da educação através do programa caminhos da escola.



4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

O Plano Municipal de Educação de Retirolândia-BA (PME), elaborado para o Decênio 2015 – 2025, representa o instrumento norteador da educação municipal para o período de 10 (dez) anos, sendo necessária a previsão e o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e de avaliação que possibilitem ao sistema educacional o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas para esse decênio.

A organização e sistematização deste PME agrega um elenco de ações estratégicas integradas, a serem implementadas no decorrer desses anos, tendo como foco a qualidade na Educação Básica do Município, do Estado e consequentemente do país. Assim, na implantação do PME será instituído o Fórum Municipal de Educação representado pelos diferentes segmentos da educação, sociedade civil e do poder público, a quem caberá a coordenação no âmbito do município do Acompanhamento e Avaliação da implantação e implementação deste Plano.

Com a aprovação do PME, serão realizadas periodicamente ações estratégicas de acompanhamento como seminários municipais e audiências públicas sob a coordenação do Fórum Municipal de Educação, tendo em vista o monitoramento da execução do PME. Após dois anos da aprovação do PME, pretende-se que seja realizada a primeira avaliação externa junto às representações do FME por meio do qual serão planejadas avaliações bianuais para que sejam realizadas as devidas adequações, em tempo hábil para o



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

cumprimento das metas e estratégias na efetivação das políticas públicas educacionais do município.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL SOBRE O CÓDIGO DE CONTROLE: QW+JGFR245HBGCVMMN0UJ77345

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.indap.org.br



DIÁRIO OFICIAL

ANO. 2015

Prefeitura Municipal de Retirolândia-BA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA - BAHIA

PODER EXECUTIVO

ANO. V - EDIÇÃO Nº 00473

19 DE JUNHO DE 2015

REFERÊNCIAS

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>>. Acesso em 04/03/2015.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm.

BRASIL. Planejando a Próxima Década: Construindo os Planos da Educação. Disponível em: Acesso em 04/03/2015

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. **Retirolândia**: memória e vida. Curitiba: Juruá, 2007.

Gabinete do Prefeito municipal de Retirolândia em 14 de abril de 2015.

André Araújo Martins dos Santos
Prefeito Municipal

Certifico para os devidos fins que esta LEI foi publicada no átrio desta prefeitura e em www.indap.org.br no dia 14 de abril de 2015.

Eujakson Lopes de Andrade
Chefe de Gabinete